

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO ESTADO NO ATINGIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE)



EXERCÍCIO 2022

EXPOSIÇÃO DA SITUAÇÃO DO ESTADO NO ATINGIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PEE, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O CENÁRIO DA PANDEMIA DECORRENTE DA COVID - 19, BEM COMO, NO QUE COUBER, AO CUMPRIMENTO DOS RESPECTIVOS ITENS ATÉ DEZEMBRO DE 2022.

Após o cenário de pandemia, no qual foi necessária a adoção de um modelo de ensino remoto ao longo de 2020, e de ensino híbrido no ano de 2021 (com retorno presencial seguro, responsável, gradual e facultativo), o ano letivo de 2022 marcou a retomada do ensino 100% presencial em todas as 3.496 escolas da rede estadual, atendendo a 1.720.650 estudantes (dados do Mapa da Coleta - Censo Escolar 2022) nos 852 municípios mineiros que possuem escolas estaduais. Diante desse contexto, que potencializou os desafios existentes na rede pública estadual de ensino para garantir acesso e permanência dos estudantes em um estado com as dimensões de Minas Gerais, bem como qualidade da educação ofertada e redução das desigualdades educacionais, a SEE intensificou suas ações de interação com a rede, por meio visitas in loco e reuniões com Superintendências Regionais de Ensino, escolas e diretores, bem como fortaleceu a interação com entidades de classe e órgãos de controle, de forma a identificar as demandas da rede e realizar ações coordenadas em prol da recomposição das aprendizagens dos estudantes.

Em 2022 foram divulgados os resultados do **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB**, a partir das avaliações realizadas pelos estudantes da rede estadual no ano de 2021. Minas Gerais apresentou estabilidade no IDEB do Ensino Médio, mantendo o maior resultado da série histórica do indicador (4,0). Também apresentou o maior resultado da série histórica para os Anos Finais do Ensino Fundamental (passando de 4,6 para 5,0), a partir de uma melhora significativa no rendimento e menor queda na proficiência, e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental apresentou queda (de 6,5 para 6,0). Considerando os estudos sobre os impactos da pandemia na aprendizagem, que indicavam perdas significativas em todo o país, os resultados do estado foram melhores do que os estimados. O trabalho desenvolvido pela equipe da Secretaria, gestores, professores e demais servidores da rede no âmbito do Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP) foi também reconhecido por uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, que avaliou as ferramentas implementadas durante a pandemia e identificou Minas Gerais como um dos três melhores estados no Índice de Educação a Distância, com nota bem acima da média nacional.

Como uma consolidação das ações realizadas, em 2022 foi lançado o **Material de Apoio Pedagógico de Aprendizagem (Mapa)**, que é o conjunto de ferramentas e materiais pedagógicos elaborados como base nas habilidades previstas no Currículo Referência de Minas Gerais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Trata-se de um percurso integrado que apoia o professor no fortalecimento do processo ensino aprendizagem. Além do Currículo de Referência, nele estão contidos também: os Planos de Curso, os Cadernos MAPA, o Programa Se Liga na Educação, o Jornal Lupa, as Trilhas de Formação, as avaliações de rede e as avaliações externas.

Além das três **avaliações diagnósticas e formativas**, e da **avaliação externa**, que subsidiam o processo de ensino-aprendizagem e as intervenções pedagógicas, as boas práticas das escolas no processo de melhoria da qualidade do ensino foram reconhecidas no **Prêmio Escola Transformação**, que distribuiu somente em 2022 R\$70 milhões às 657 escolas premiadas para implementação de projetos pedagógicos selecionados de forma conjunta pela comunidade escolar.

O **Reforço Escolar** teve continuidade, com o objetivo de promover condições de aprendizagem diferenciadas para os estudantes que não consolidaram as habilidades e competências para o seu ano de escolaridade, através de um trabalho pedagógico mais individualizado e direcionado, incluindo novas práticas pedagógicas e metodologias de ensino mais dinâmicas e interativas, atendendo a 90.684 estudantes. Soma-se a esse esforço a Busca Ativa e o monitoramento do fluxo escolar, que garantiram que mais de 56 mil estudantes retomassem os estudos.

Entendendo os impactos sociais e psicológicos provocados pela pandemia, devido ao período de afastamento das salas de aulas, foi instituída como um reforço da retomada da rotina escolar a nova versão do Programa Convivência Democrática, iniciativa que contempla protocolos e documentos com a perspectiva de fortalecer as políticas de prevenção às diversas formas de violência nas escolas, além de normatizar os procedimentos a serem adotados pelas unidades da rede estadual de ensino. Foram criados, também, 47 Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE), em consonância com a Lei Federal 13.935/2019, composto por 460 psicólogos e assistentes sociais, que atendem de forma itinerante as unidades escolares pertencentes ao seu núcleo de atuação. Juntos, os profissionais desenvolvem ações que cooperam para o processo de ensino-aprendizagem, auxiliando as escolas no desenvolvimento do processo pedagógico, de forma a prevenir e minimizar os problemas educacionais, e orientando os gestores na mediação de conflitos.

O programa Gestão Pela Aprendizagem, executado em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Gerencial - FDG e com o Instituto Unibanco, atendeu 2.856 escolas e 781.643 estudantes com metodologias de gestão escolar que visam a melhoria da aprendizagem, com impacto nos indicadores educacionais, na expansão do número de concluintes em cada etapa de ensino e na redução das desigualdades educacionais. No escopo do Ensino Médio, em 2022 todas as turmas do 1º ano passaram a adotar uma nova matriz, que oferta novas possibilidades aos jovens mineiros, em consonância com as diretrizes do Novo Ensino Médio.

A Educação Integral teve expansão de 200 escolas no Ensino Médio em Tempo Integral, totalizando 591 unidades escolares, em 338 municípios, ofertando cerca de 91 mil vagas. Dessas, 150 escolas ofertaram Ensino Médio em Tempo Integral Profissional. No Ensino Fundamental em Tempo Integral foram atendidos 45.211 estudantes em 970 escolas de 392 municípios.

Na Educação Profissional e Técnica, o projeto Trilhas de Futuro foi ampliado, com o credenciamento de instituições parceiras para oferta de vagas gratuitas aos estudantes do Ensino Médio e egressos.

Atualmente, são mais de 104 mil matriculados nos cursos do Trilhas de Futuro da 1ª e 2ª edições, que recebem, além da formação, uma ajuda de custo por dia de curso para transporte e alimentação no valor de R\$18 reais. Ao todo são 78 opções de cursos e 243 instituições credenciadas.

O **Projeto Somar**, realizado em formato piloto em três escolas da rede, teve o seu primeiro ano de implementação atendendo a 1.617 estudantes. O modelo de gestão compartilhada entre SEE e Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos visa a melhoria da qualidade do ensino, buscando diferentes estratégias para a implementação do Novo Ensino Médio, mais aberto ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

A **Educação de Jovens e Adultos** também ganhou relevância nas ações de expansão do Ensino Médio. A EJA Novos Rumos, reformulado em 2021, trouxe maior facilidade para abertura de turmas na modalidade EJA, passando de mínimo de 35 para 8 alunos para início de novas turmas. Também foi dado prosseguimento a programas específicos de alfabetização para o sistema prisional, definido no Plano Estadual de Educação em Prisões com vigência entre os anos de 2020 a 2024.

Implementado em 2020, o **Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrículas (SUCEM)** foi aprimorado em 2021 e consolidado em 2022, unificando a inscrição e o encaminhamento de candidatos/estudantes para as redes públicas estadual e municipal do estado para o ano letivo de 2022. Foram 326.369 inscrições recebidas e 727 municípios participantes. Adicionalmente, foi também aprimorado o sistema Renovação de Matrícula Online, que possibilitou a renovação da matrícula de forma remota a 1.173.244 estudantes da rede pública estadual (91,06% do público esperado).

O regime de colaboração com os municípios foi também fortalecido pelo **Projeto Mãos Dadas**, com investimento de R\$507 milhões para 113 municípios. Os recursos transferidos poderão ser utilizados para reformas, construção de novas escolas, mobiliário e equipamento, aquisição de ônibus escolares, entre outros, de forma que os municípios tenham condições adequadas para absorver a demanda de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme dispõe a Constituição Federal.

As ações desenvolvidas no âmbito da política educacional do estado são orientadas pelas metas e indicadores definidos na Lei Estadual nº 23.196/2018 - o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. Composto por 18 metas, o Plano orienta os objetivos a serem buscados para o acesso e permanência dos estudantes, a melhoria da qualidade da educação em todas as etapas e modalidades da educação básica e do ensino superior, a valorização profissional, o fortalecimento da gestão democrática e a melhoria do investimento público na educação. Importante destacar que 15 das 18 metas foram estruturadas a partir de um planejamento de longo prazo para a Educação de Minas Gerais, de forma a serem atingidas até o final do último ano de vigência do PEE, ou seja, em 2027.

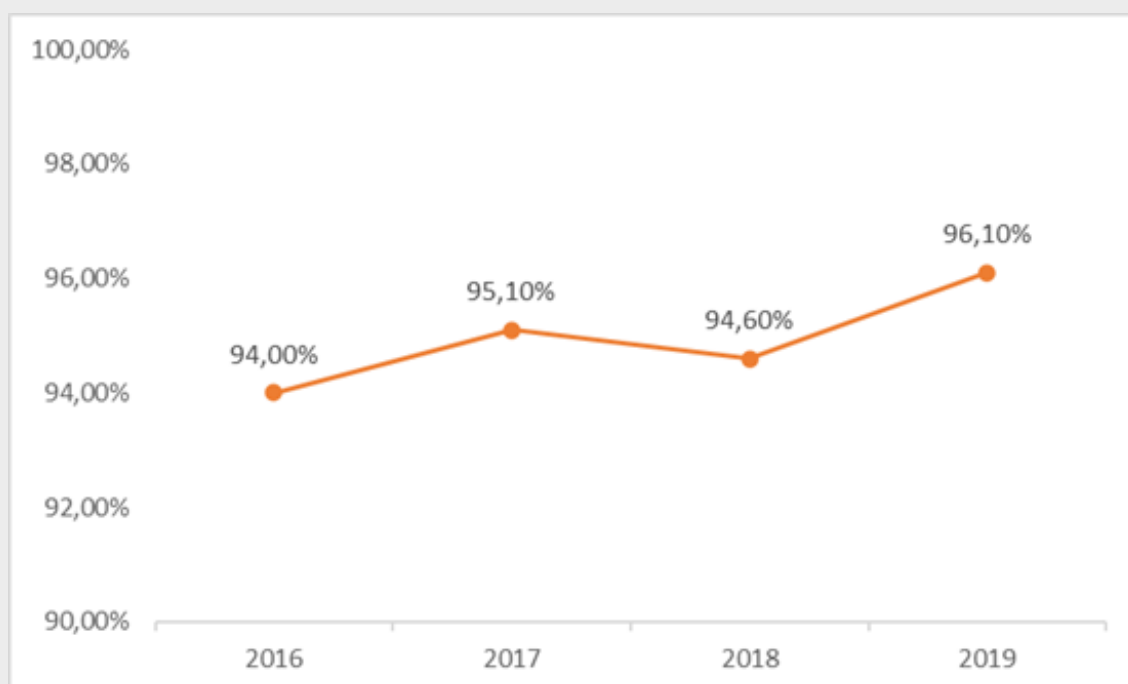
Os indicadores relacionados às metas do PEE são apurados anualmente pela Secretaria de Estado de Educação, de forma a monitorar os avanços da política educacional no estado e direcionar suas estratégias e ações. Os dados são obtidos através de bases oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais como Censo Escolar, Censo da Educação Superior, Censo Populacional, PNAD - Contínua, entre outras, uma vez que tratam-se de informações relativas a todo o estado de Minas Gerais, incluindo as demais redes educacionais. Há indicadores relacionados ao ano de 2022 que ainda não foram divulgados. Nestes casos, os dados relativos às metas têm como referência os anos de 2019, 2020 ou 2021. Excepcionalmente são utilizados também para a apuração dados dos sistemas de gestão da informação da Secretaria. Das 18 metas, 5 já foram alcançadas ou superadas, 7 foram parcialmente atingidas e 6 estão previstas para alcance.

Em relação ao cumprimento de cada meta do Plano Estadual de Educação, temos a informar que:

Meta 1: Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de três anos até o final da vigência deste PEE.

De acordo com dados da edição 2019 da PNAD- Contínua e do Censo Escolar, 96,1% da população com 4 e 5 anos de idade no estado frequentavam escola ou creche - uma elevação de 1,5% no percentual de matrículas em relação a 2018.

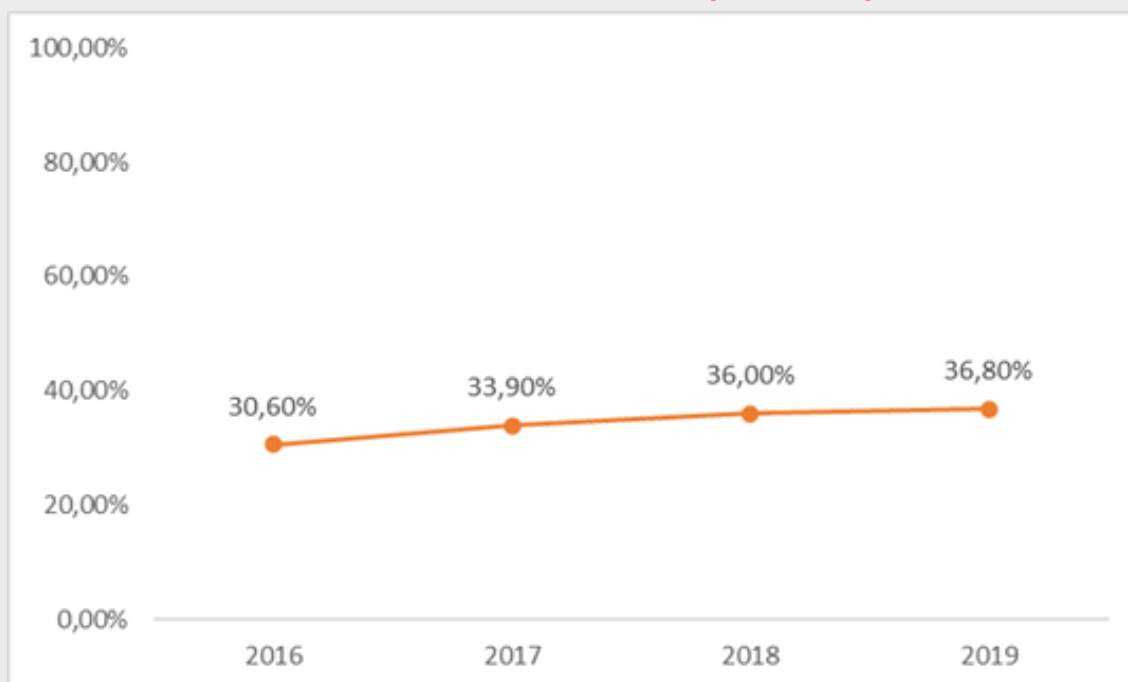
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTAVA ESCOLA OU CRECHE - MINAS GERAIS (2016-2019)



Fonte: PNAD- Contínua e Censo Escolar

Os mesmos levantamentos estatísticos apontam que 36,8% da população de 0 a 3 anos frequentavam escola ou creche em Minas Gerais.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS QUE FREQUENTAVA ESCOLA OU CRECHE - MINAS GERAIS (2016-2019)



Fonte: PNAD- Contínua e Censo Escolar

A SEE atua em cooperação com os municípios no que tange à Educação Infantil, considerando que estes, de acordo com a atribuição de responsabilidades definida pela Constituição Federal são os responsáveis por essa etapa da escolarização. A Secretaria, entretanto, atende na Educação Infantil os estudantes da pré-escola em escolas indígena, considerando a especificidade da modalidade, em consonância com a Resolução SEE nº 4256/2022.

Dentre as ações e projetos desenvolvidos pela Secretaria para atendimento da Educação Infantil, está o Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula (SUCEM), que é articulado com as redes municipais, nos casos em que as prefeituras desejem aderir ao uso do Sistema. Por meio do SUCEM é possível levantar informações e compreender melhor a distribuição da demanda, favorecendo a tomada de decisão dos municípios com relação ao atendimento do público da Educação Infantil.

Em relação ao apoio para a infraestrutura, a SEE, por meio de convênios de saída, repassa recursos para possibilitar a reforma, construção e ampliação de escolas municipais, incluindo as de Educação Infantil, quando identificada a necessidade e capacidade técnica de execução. O Projeto Mãos Dadas também prevê, em seu escopo, a liberação de recursos para a construção de creches pelos municípios.

Quanto à formação dos profissionais e suporte pedagógico, é ofertado pela SEE o curso presencial de implementação do Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, aberto a todas as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental do estado. Também é disponibilizada a Trilha Formativa do Currículo, composta por quatro cursos, além do Curso Normal de Nível Médio - Professor da Educação Infantil, ofertado pela rede pública de ensino estadual.

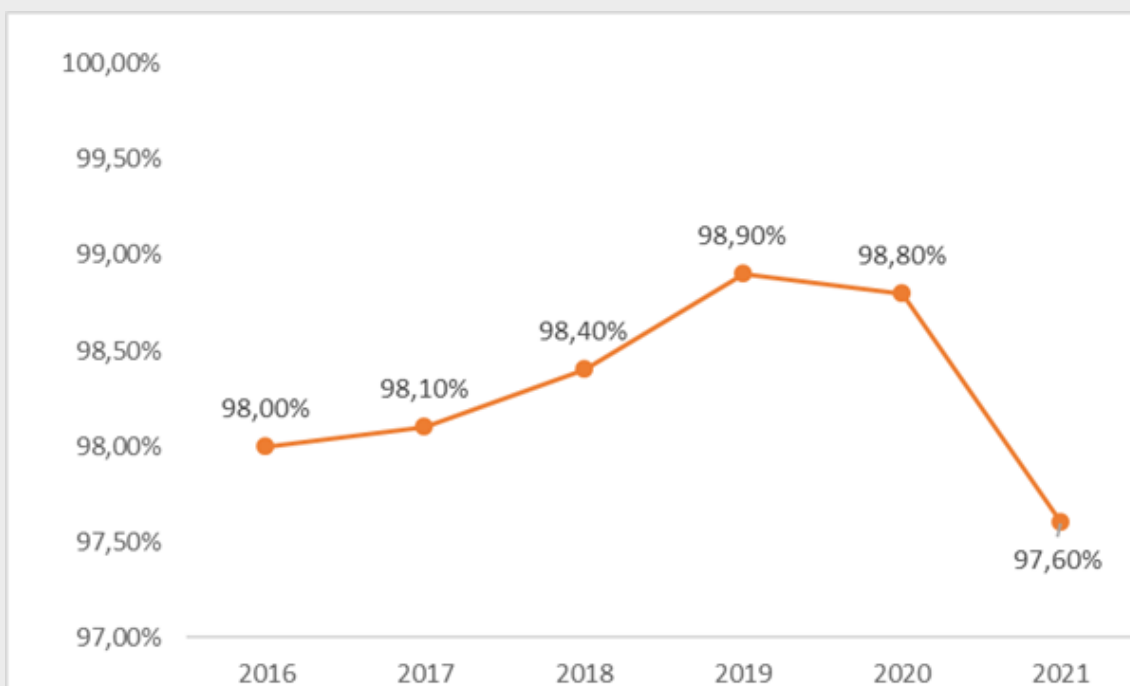
Durante o momento de fechamento das escolas, em decorrência da pandemia de COVID-19, a Secretaria disponibilizou os Plano de Estudo Tutorado (PET) para Educação Infantil e Ensino Fundamental a todas as escolas das redes estadual e municipais de ensino.

Por fim, a SEE coordenou as ações do programa Auxílio Brasil no âmbito da educação estadual e em articulação no âmbito municipal, federal e particular, repassando orientações e acompanhando o sistema de registro de presença dos estudantes nas escolas, visando combater a evasão escolar através de uma intensa e contínua busca ativa em todas as etapas da escolarização.

Meta 2: Universalização do Ensino Fundamental de nove anos para a população de seis a quatorze anos, com a garantia de que, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluem essa etapa da educação na idade recomendada até o final do último ano de vigência do PEE.

O percentual da população de 6 a 14 que frequenta ou que já concluiu o Ensino Fundamental apresentou crescimento entre 2016 e 2019, e manteve-se constante em 2020 – um resultado positivo, tendo em vista o cenário da pandemia de COVID-19. Em 2021 houve queda de 1,2%, chegando a 97,6%. Apesar desse decréscimo, Minas Gerais foi destaque no âmbito nacional no que se refere a esse indicador, sendo o estado da Federação com o maior percentual da população de 6 a 14 que frequenta ou que já concluiu o Ensino Fundamental em 2021. Ainda que o percentual indique que a universalização foi atingida, a SEE está trabalhando no fortalecimento das ações de Busca Ativa, realizadas desde 2019.

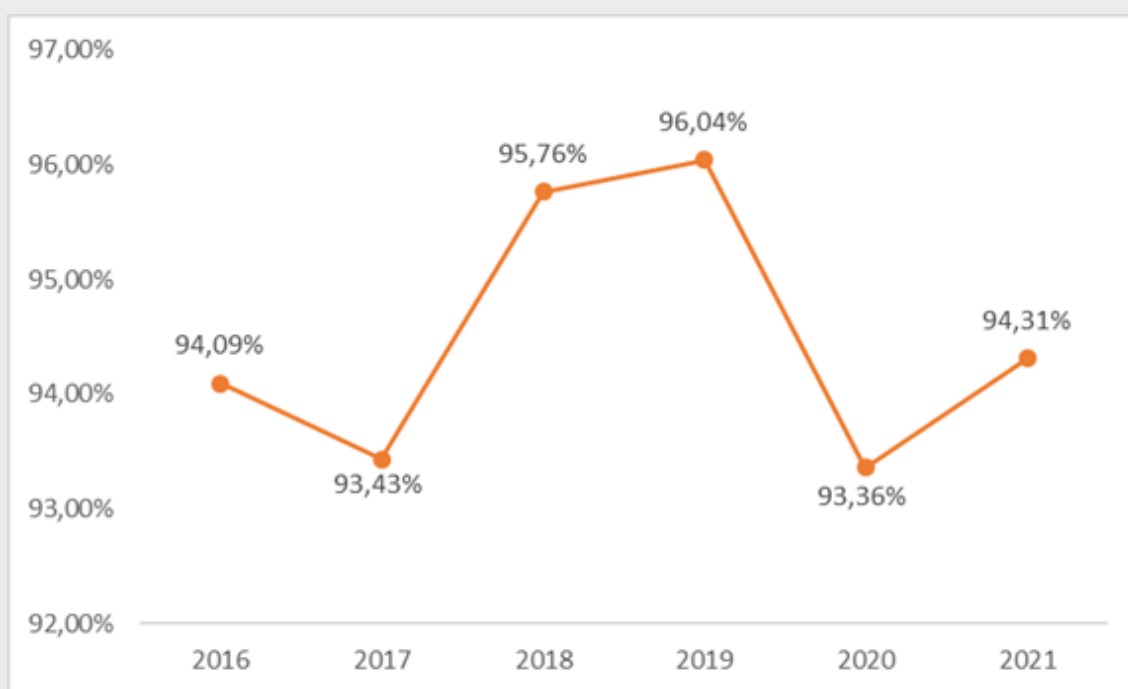
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 A 14 ANOS QUE FREQUENTA OU QUE JÁ CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL – MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: PNAD- Contínua e Censo Escolar

No que se refere à meta de 95% dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental concluírem essa etapa de escolarização na idade recomendada, desde 2018 a meta foi superada. O indicador sofreu uma queda em sua apuração de 2020, atingindo o percentual de 93,36%, recuperando-se em 2021, quando chegou a 94,31% - índice próximo ao de 2016. Nesse contexto, a Secretaria desenvolve ações de correção de fluxo e reforço escolar. Em 2022 foram 91.785 estudantes matriculados em 8.432 turmas de reforço escolar distribuídas em 1.839 escolas.

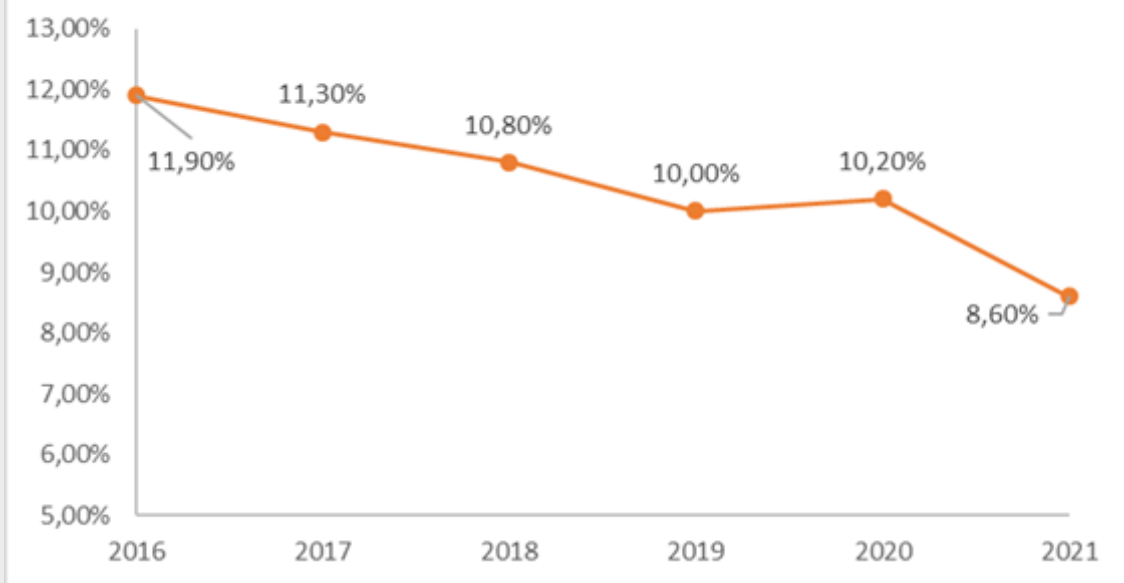
PERCENTUAL DE ESTUDANTES QUE CONCLUÍRAM O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS NA IDADE RECOMENDADA - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: PNAD- Contínua e Censo Escolar

Em contrapartida, a taxa de distorção idade-série manteve-se tecnicamente constante de 2019 para 2020 e teve queda expressiva em 2021, chegando ao menor percentual, considerando o período analisado, com o percentual de 8,6%. Destacam-se, nesse contexto, as ações realizadas pela SEE visando a melhoria do fluxo escolar, tais como projetos de Correção de Fluxo e monitoramento dos estudantes com distorção idade-série.

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL - MINAS GERAIS (2016-2021)

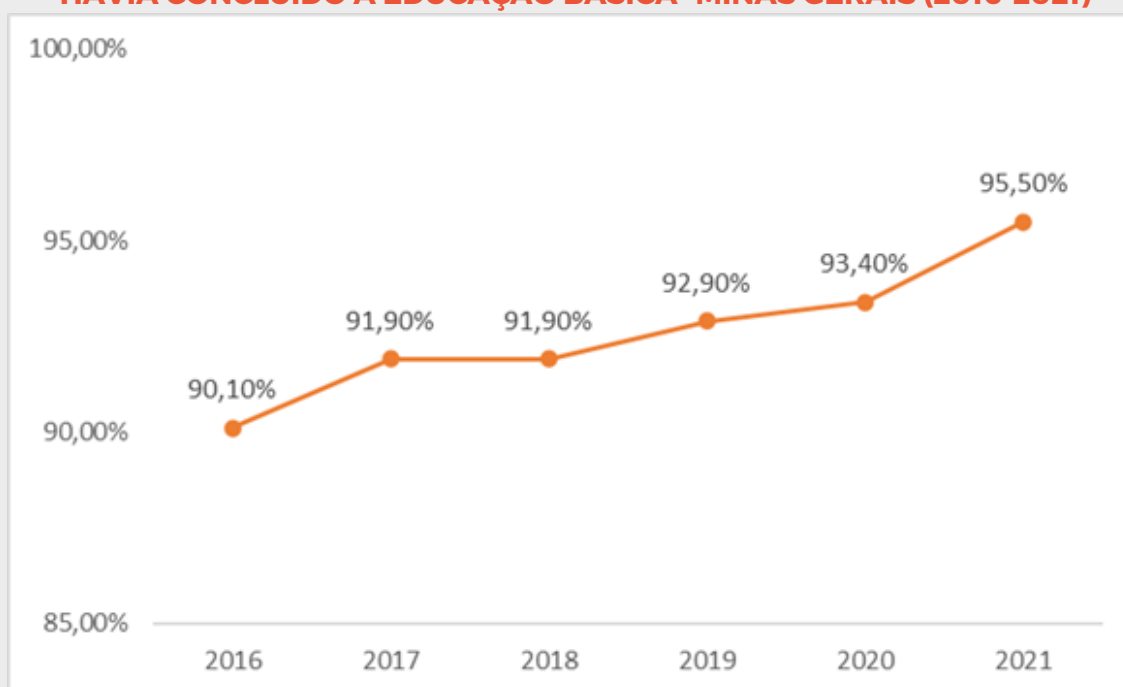


Fonte: Censo Escolar

Meta 3 - Universalização do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento) até o final do período de vigência deste PEE.

A parcela da população de 15 a 17 anos em Minas Gerais que frequentou ou concluiu o Ensino Médio seguiu a tendência de crescimento em 2021, e foi 2,10% maior que em 2020, sendo a maior para o estado, considerando o período de 2016 a 2021, chegando a 95,50% - 0,2% maior que a média nacional.

POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE QUE FREQUENTAVA A ESCOLA OU HAVIA CONCLUÍDO A EDUCAÇÃO BÁSICA- MINAS GERAIS (2016-2021)

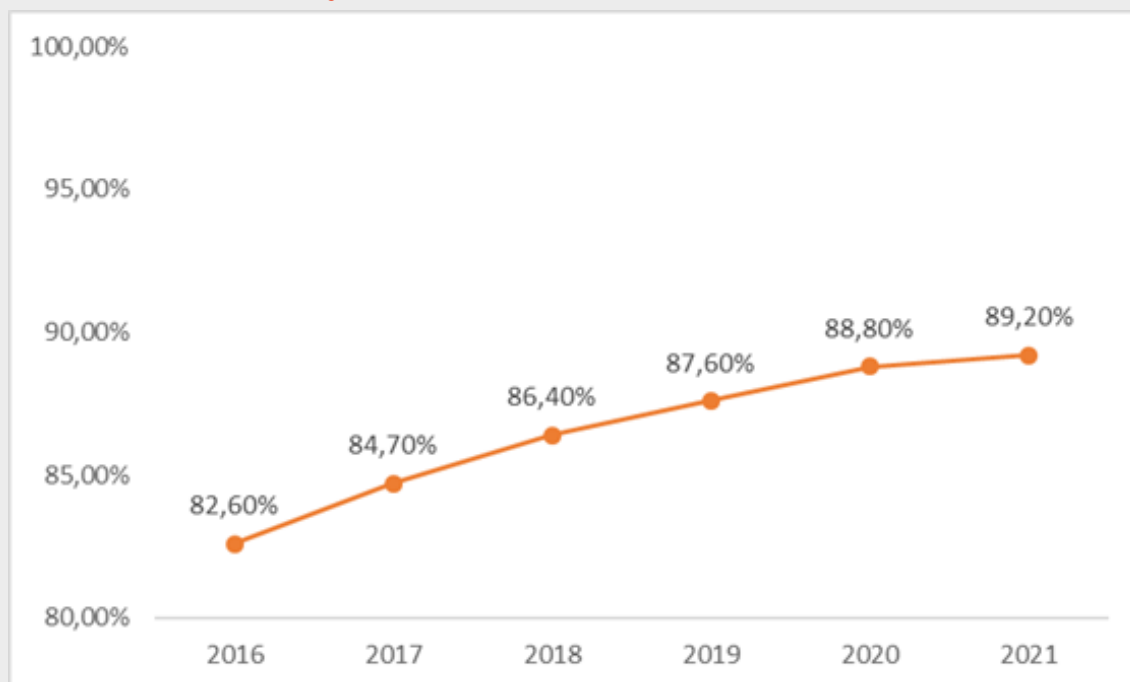


Fonte: PNAD Contínua e Censo Escolar

Meta 4 - Universalização do acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo e de atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Pautada pela perspectiva da inclusão, A SEE, sempre que possível, oferta Educação Especial em turmas regulares das escolas da rede pública estadual. Em 2021, 89,2% das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação estavam matriculadas em turmas regulares - 0,4% a mais que em 2020 e 6,6% de aumento em relação a 2016.

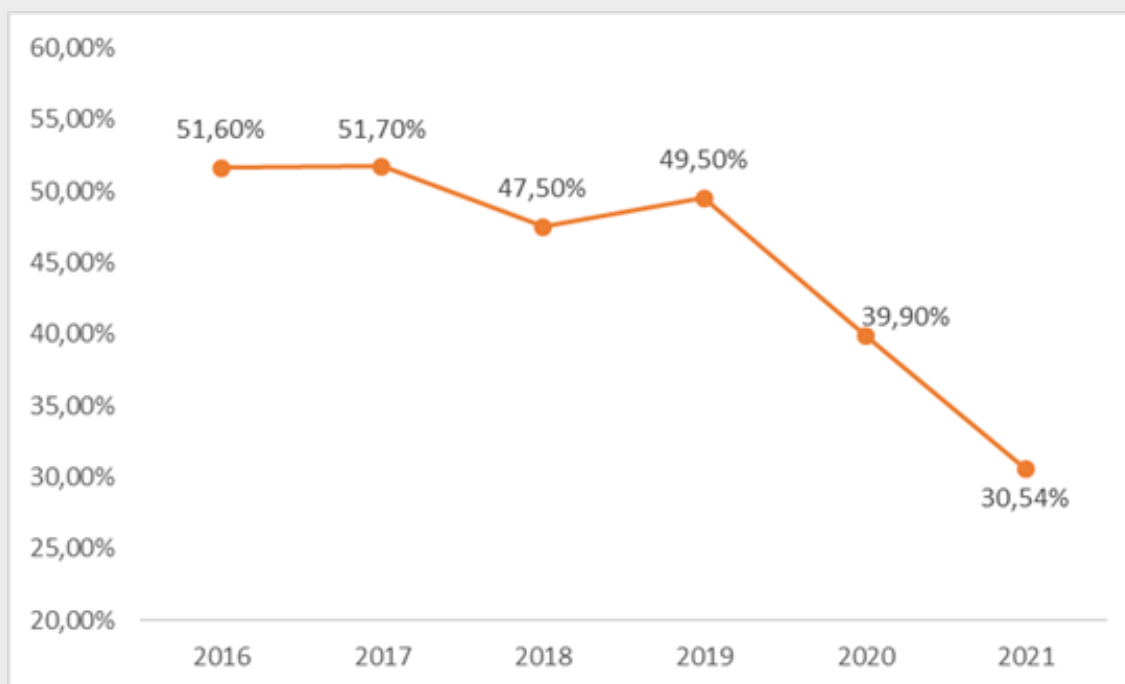
MATRÍCULAS DE ESTUDANTES DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO EM CLASSES REGULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: Censo Escolar

Nos casos, porém, em que há encaminhamento médio e avaliação pedagógica favorável, a Secretaria garante o acesso dos estudantes ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), com salas de recursos, oficinas pedagógicas, professor de apoio, intérprete e instrutor de libras, professor guia-intérprete, entre outros serviços, de acordo com a necessidade identificada. O atendimento é feito preferencialmente na escola em que o estudante está matriculado e, quando não for possível, na unidade mais próxima da sua residência. Em 2021 o percentual de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação atendidos em salas de recursos foi de 30,54%.

ESTUDANTES DE 4 A 17 ANOS COM DEFICIÊNCIA, TGD E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO QUE RECEBEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: Censo Escolar

A rede pública estadual conta, também, com 23 escolas exclusivas de Educação Especial, nas quais os estudantes que não podem ser atendidos nas turmas regulares são matriculados. Entre as ações desenvolvidas no âmbito da Educação Especial em 2022 destacam-se:

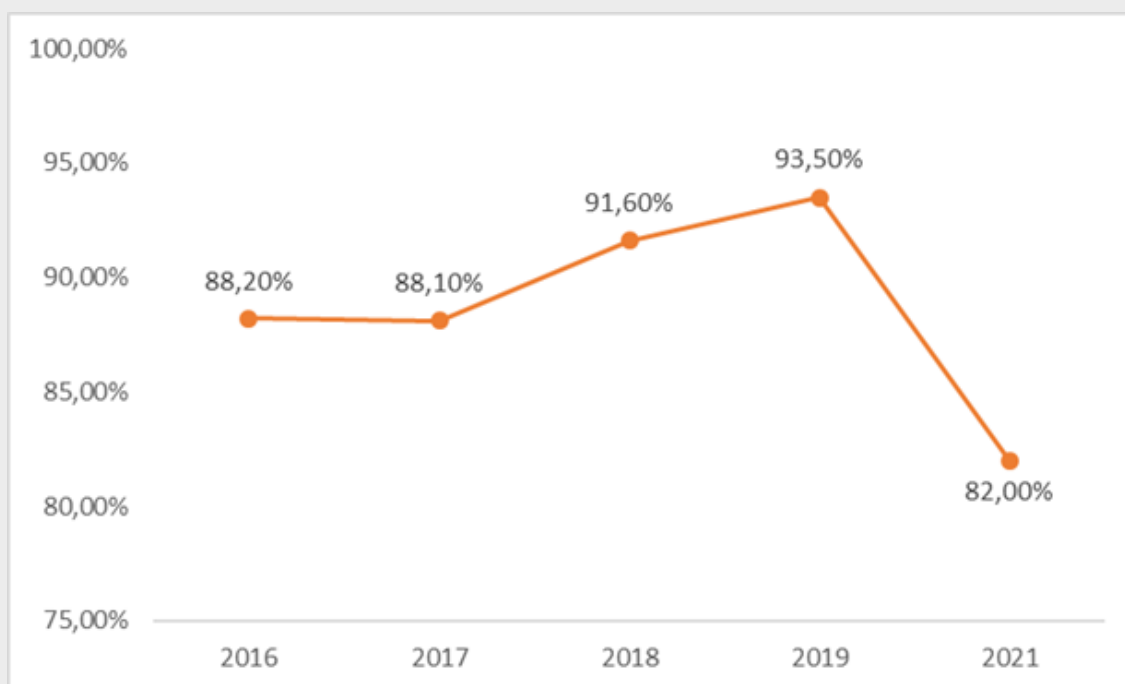
- Manutenção de 1.651 salas de recursos para AEE.
- Parceria com o Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos (ISMART), para atendimento a estudantes do 7º e 9º ano das escolas estaduais de Belo Horizonte e Região Metropolitana, mediante oferta de bolsas de estudo integral em escolas particulares de excelência. 867 estudantes da rede pública estadual se inscreveram e 3 foram selecionados.
- Continuidade da implementação de 46 Centros de Referência em Educação Especial Inclusiva (CREI) e a ampliação dos Centros de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) e dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento à Pessoa com Surdez (CAS).
- Manutenção de equipes multiprofissionais nas escolas comuns, compostas por professores, especialistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais.
- A manutenção de equipes multiprofissionais nas escolas especiais, compostas por psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos.
- A disponibilização de material impresso em Braille e fonte ampliada, notebooks, kits de materiais pedagógicos, bem como a produção de materiais adaptados, realizada pelos profissionais do atendimento educacional especializado, de acordo com a necessidade apresentada pelos estudantes.
- Disponibilização de uma equipe de Serviço de Apoio à Inclusão (SAI) em cada SRE, responsável por orientar e acompanhar o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial, de acordo com as orientações específicas.

Meta 5 - Alfabetização das crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, sem estabelecimento de terminalidade temporal para crianças com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

A fim de subsidiar a implementação de estratégias pedagógicas e de políticas públicas que buscam a melhoria da qualidade da educação e do ensino, a SEE promove anualmente a realização das avaliações do Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental das redes municipais e estadual, e das avaliações Diagnósticas e Formativas ao longo do ano letivo para a rede estadual, visando acompanhar a alfabetização dos estudantes. Em 2022 as avaliações do PROALFA foram realizadas no mês de novembro e os resultados serão disponibilizados a partir de abril de 2023.

Em 2021, 82% dos estudantes que participaram das avaliações do PROALFA estavam nos níveis recomendado e avançado de proficiência em leitura e escrita. Uma redução de 11,5% em relação a 2019, tendo em vista que, em 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19, as avaliações não foram realizadas.

ESTUDANTES DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL AVALIADOS PELO PROALFA NOS NÍVEIS RECOMENDADO E AVANÇADO DE LEITURA E ESCRITA - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: SIMAVE

Os resultados apontam para os desafios impostos de recomposição das aprendizagens com a retomada do ensino presencial. Assim, em 2022, a SEE intensificou as ações de reforço escolar, para consolidar as habilidades e competências para o ano de escolaridade dos estudantes. A partir da análise dos resultados de 2021 foram promovidas campanhas de incentivo junto às escolas e pais e responsáveis para que os estudantes que se enquadravam nos critérios para serem atendidos no reforço escolar fossem matriculados nessas turmas. Desse modo foram registradas 22.866 mil matrículas em 1.869 turmas de Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Outras ações relacionadas à alfabetização que se destacam são:

- A implementação do Programa Tempo de Aprender (MEC), que oferta cursos para professores e gestores da alfabetização, apoio no processo de alfabetização e no aprimoramento das avaliações da alfabetização e valorização dos profissionais da alfabetização, com premiação para gestores, professores e coordenadores pedagógicos cujas escolas apresentem bons resultados, além de ações de promoção de bem estar, motivação e engajamento.
- Ações de vinculação com as IES visando formar profissionais que atendam as demandas dos profissionais da formação inicial (alfabetização e letramento) de crianças visando capacitá-los no uso das novas tecnologias.
- Realização de avaliações diagnósticas e formativas para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, com disponibilização das avaliações para as redes municipais.
- Garantia do atendimento educacional e dos processos de alfabetização e letramento pertinente à realidade das populações quilombolas, do campo e indígena em suas línguas maternas.
- Destinação de mais R\$50 milhões para o fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas, tais como a elaboração de atividades complementares, reforço escolar, intervenção pedagógica e sábados letivos;

Ressalta-se que a SEE, em conformidade com o que prevê o PEE, não adota a política de terminalidade específica para os estudantes público da educação especial.

Meta 6 – Oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.

A Educação em Tempo Integral é considerada estratégica para a SEE. A formação integral dos estudantes se dá com a ampliação da matriz curricular, baseada em uma proposta pedagógica na qual os componentes curriculares e as atividades integradoras são articulados para garantir os direitos à aprendizagem e o pleno desenvolvimento do estudante.

O Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI) tem como objetivo a formação dos estudantes nas dimensões intelectual, afetiva, social e física. Nessa perspectiva, são implementadas as Atividades Integradoras conforme matriz curricular vigente, que contemplam o acompanhamento pedagógico e atividades multidisciplinares.

Objetivando a excelência acadêmica, o projeto pedagógico das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) conta com componentes curriculares de ampliação dos conteúdos das disciplinas da formação geral básica. Toda a proposta pedagógica está centrada no projeto de vida dos estudantes, na educação interdimensional e no desenvolvimento de habilidades e competências para o século XXI.

Em relação ao alcance das metas previstas, a SEE promove ano a ano a expansão do modelo para escolas da rede pública estadual, como demonstrado no quadro a seguir.

ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL QUE OFERTAM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL MINAS GERAIS (2020 - 2022)

ANO	CENSO ESCOLAR	ANO
2020	6,9%	34,47%
2021	12,8%	37,92%
2022	-	40,28%

Fonte: Censo Escolar e SIMADE

A diferença nos percentuais, conforme a fonte adotada, deve-se ao fato de que, para ser contabilizada pelo Censo Escolar como escola ofertante de Educação Integral, uma escola deve ter, no mínimo, 25% dos seus estudantes matriculados em turmas de tempo integral. No entanto, a SEE adota o modelo de implementação gradual do programa. Assim, a partir do momento em que é criada uma turma de tempo integral na escola ela passa a ser contabilizada, recebendo todo o apoio e formações específicas, até que a totalidade de suas turmas atuem no modelo.

De acordo com os relatórios do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), em 2020 1.231 escolas da rede pública estadual ofertavam Educação Integral. Em 2021 o número aumentou para 1.348 unidades. Em 2022 houve expansão do Ensino Médio em Tempo Integral para 200 escolas, totalizando 1.432 unidades escolares, entre Ensino Fundamental e Ensino Médio Integral.

De acordo com relatórios do Censo Escolar, em 2020 66.602 estudantes matriculados na rede pública estadual foram atendidos em Tempo Integral. Em 2021 o número subiu para 99.147 estudantes, representando uma elevação de 48,86% no número de matrículas. Em 2022 as matrículas foram 93,41% maiores que em 2021, chegando a 191.760.

MATRÍCULAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL MINAS GERAIS (2020 - 2022)

ANO	MATRÍCULAS ED. INTEGRAL	TOTAL DE MATRÍCULAS	MATRÍCULAS EDUC. INTEGRAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL (%)	EVOLUÇÃO ANUAL DE MATRÍCULAS NA ED. INTEGRAL
2020	66.602	1.854.397	3,59	-
2021	99.147	1.744.621	5,68	48,86
2022	191.760	1.720.549	11,14	93,41

Fonte: Censo Escolar

Em relação ao percentual de estudantes matriculados na Educação Integral, os dados indicam elevação de 2,1% em 2021, comparado a 2020, e de 5,46% em 2022, na comparação com 2021.

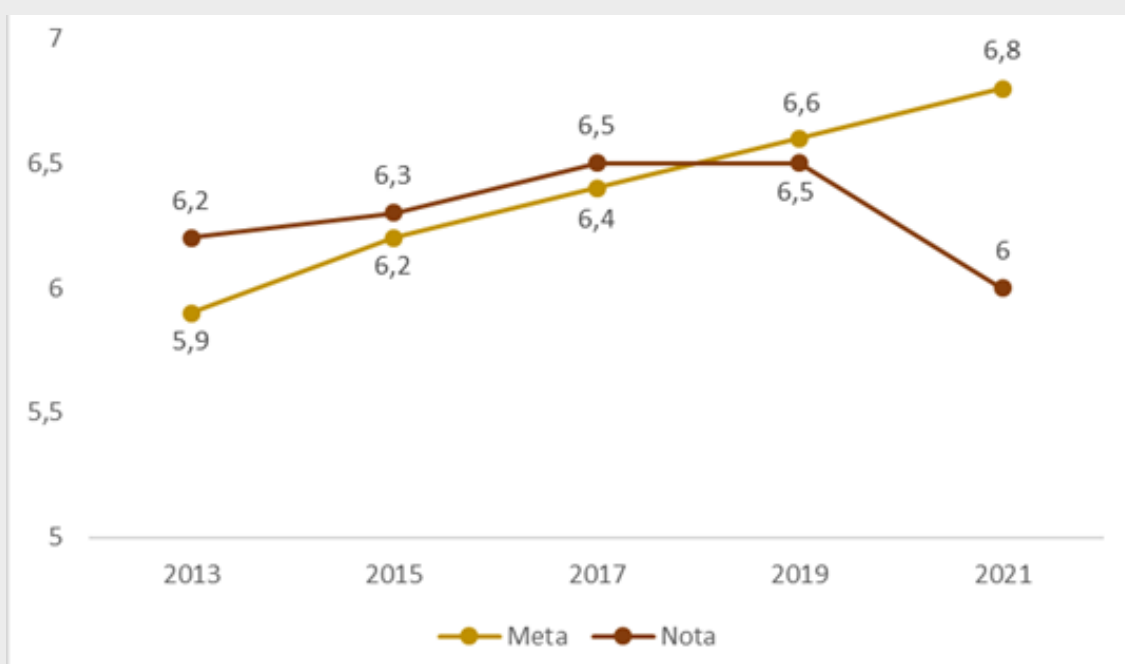
Meta 7 - Elevação da qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb:

IDEB	2019	2021
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	6,7	6,9
ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5,5	5,7
ENSINO MÉDIO	5,0	5,2

A última edição do Ideb (2021) foi realizada em um cenário atípico. Em decorrência da pandemia de COVID-19, estudantes e professores tiveram que se adaptar ao regime remoto, e isso trouxe impactos para a aprendizagem, com reflexo nos resultados do índice não apenas para Minas Gerais, mas para todo o país. As perdas de aprendizagem, no entanto, foram menores do que as estimadas.

Os resultados do Ideb 2021 demonstram que a etapa mais prejudicada pelo fechamento das escolas foi o Ensino Fundamental Anos Iniciais, na qual Minas Gerais historicamente possui um resultado expressivo. A rede pública estadual de Minas Gerais teve queda de 0,5 para o índice nessa etapa.

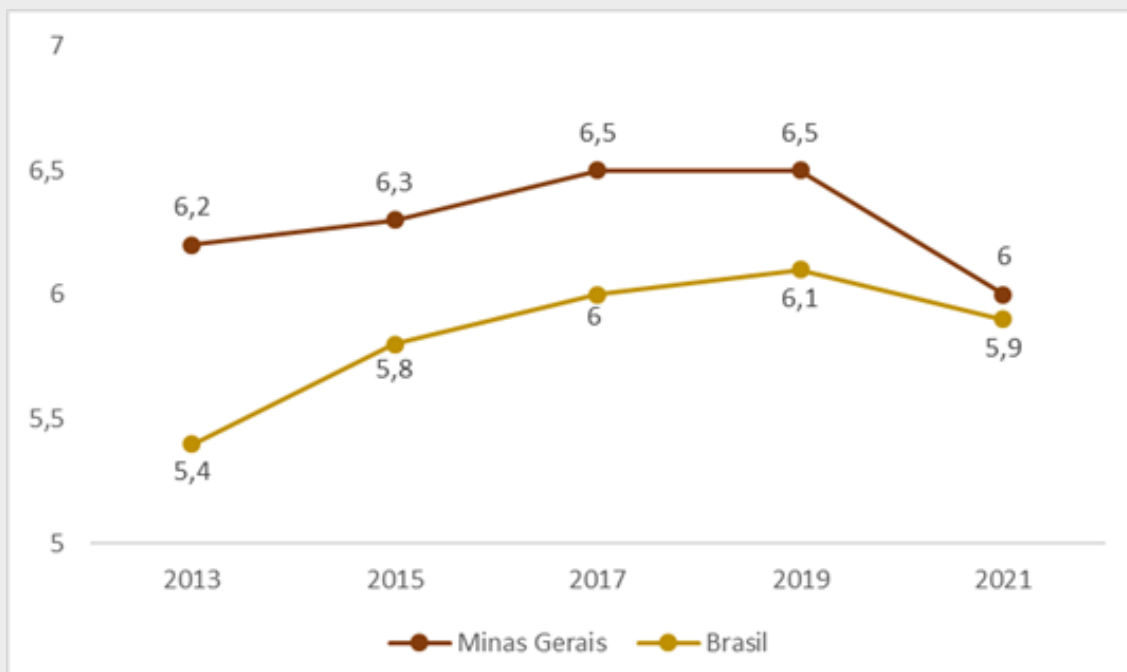
SÉRIE HISTÓRICA IDEB 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - MINAS GERAIS (2013-2021)



Fonte: INEP

Em comparação com a média nacional, Minas Gerais se mantém acima, porém, com diferença menor que aquela registrada em 2019 - apenas 0,1.

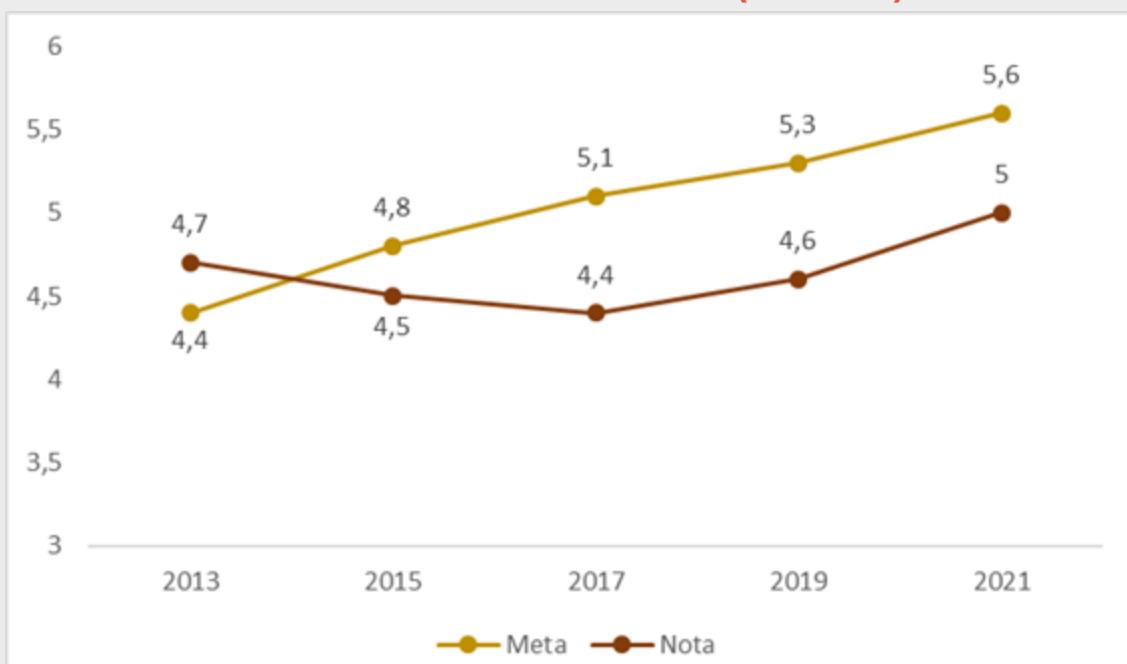
SÉRIE HISTÓRICA IDEB 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL MINAS GERAIS X BRASIL (2013-2021)



Fonte: INEP

Para os Anos Finais do Ensino Fundamental, a rede pública estadual mineira manteve a tendência de elevação, e reduziu a distância para a média nacional em 0,3.

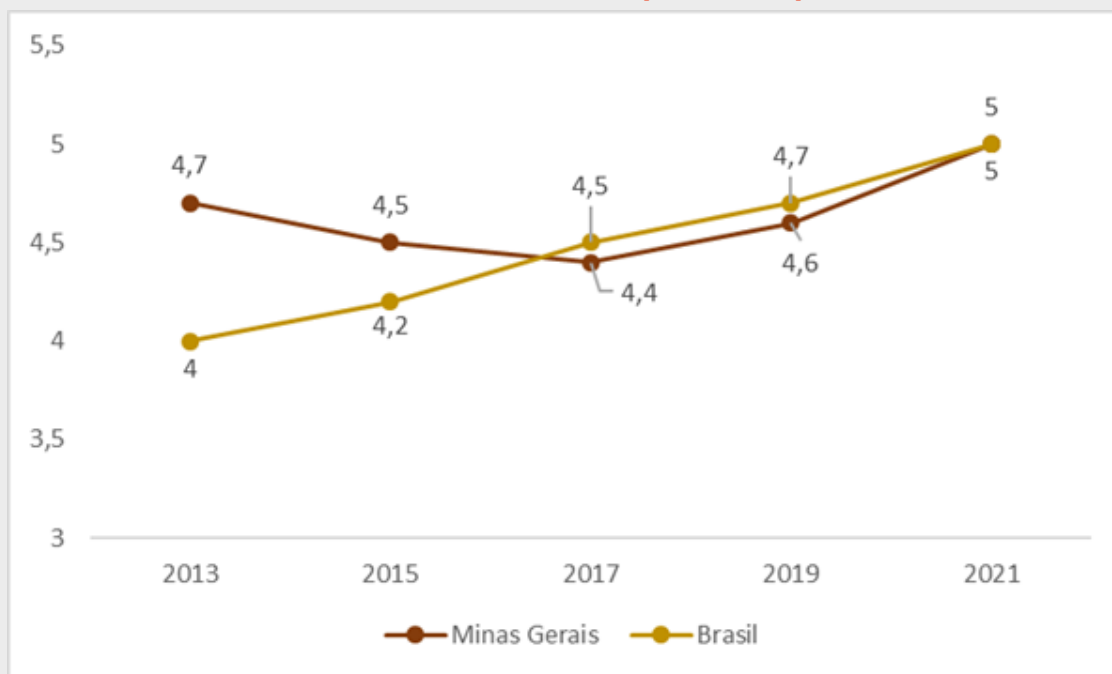
SÉRIE HISTÓRICA IDEB 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - MINAS GERAIS (2013-2021)



Fonte: INEP

Na comparação do estado com o índice nacional, após uma queda consecutiva nos resultados observados em 2015 e 2017, em 2021 Minas Gerais manteve a tendência de elevação e alcançou a média nacional.

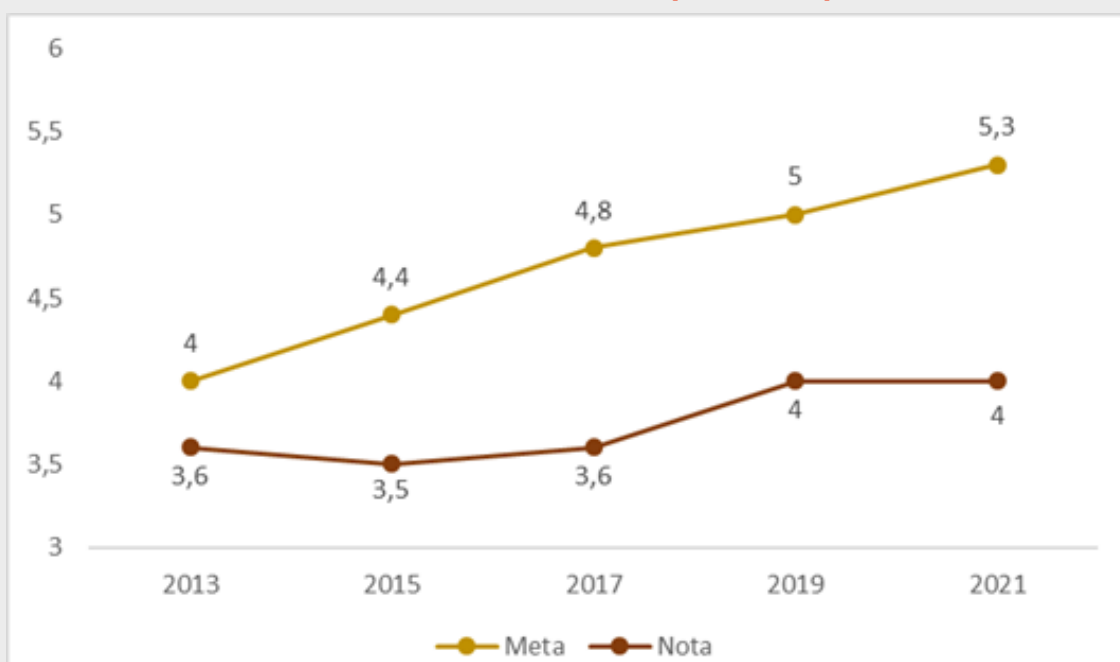
SÉRIE HISTÓRICA IDEB 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL MINAS GERAIS X BRASIL (2013-2021)



Fonte: INEP

O resultado obtido em 2019 para o Ensino Médio na rede pública estadual foi mantido. Porém, a distância entre a nota e a meta proposta aumentou de 1,0 para 1,3.

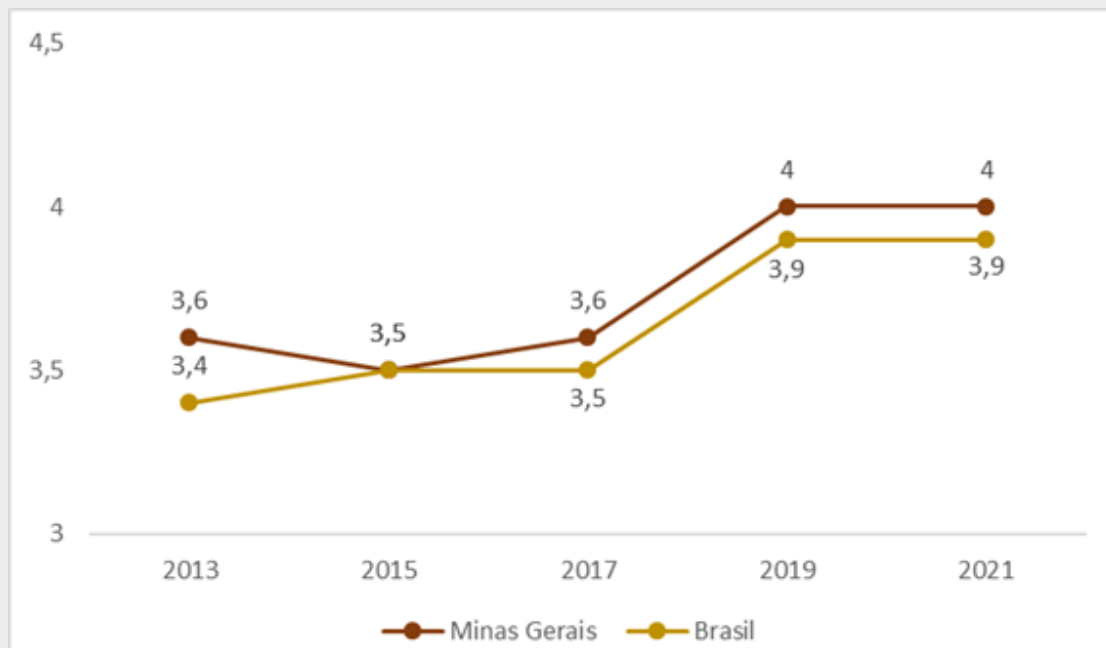
SÉRIE HISTÓRICA IDEB 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - MINAS GERAIS (2013-2021)



Fonte: INEP

Na comparação do estado com o resultado nacional, tanto Minas Gerais quanto o Brasil mantiveram os resultados observados em 2019.

SÉRIE HISTÓRICA IDEB 3º ANO DO ENSINO MÉDIO MINAS GERAIS X BRASIL (2013-2021)

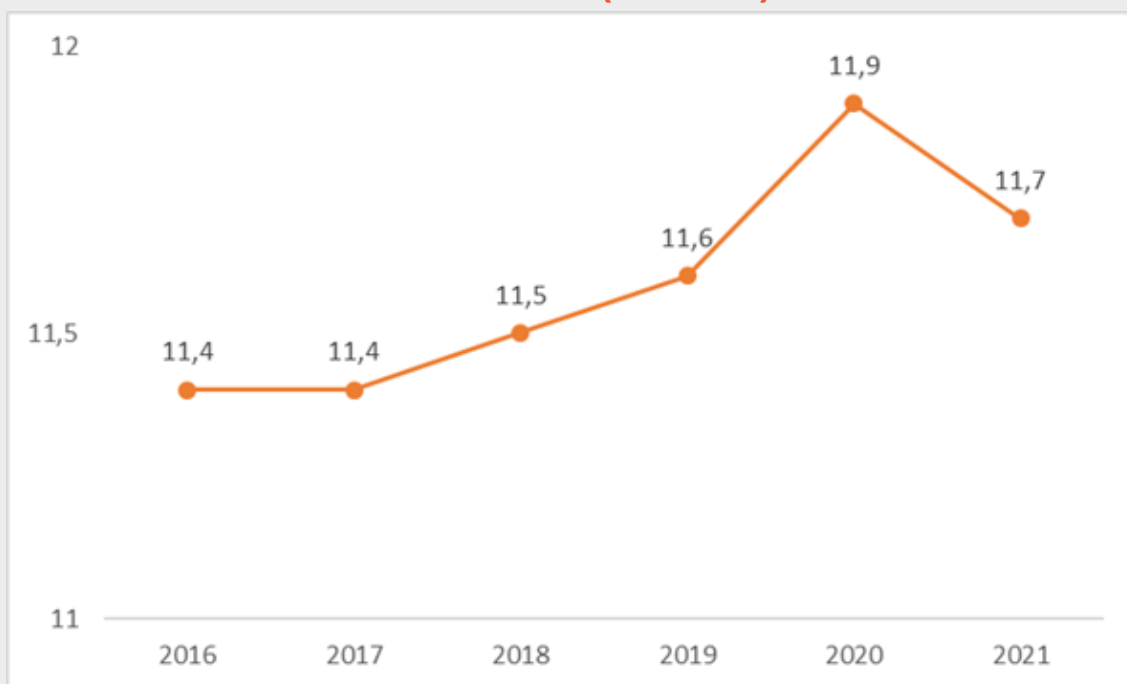


Fonte: INEP

Meta 8 - Elevação da escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo para as populações do campo, indígenas e quilombolas, para a população das regiões de menor escolaridade no Estado e para os 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, além da equiparação da escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A média de anos de estudo dessa faixa etária da população mineira demonstra avanços. A meta do mínimo de 12 anos de escolaridade está tecnicamente alcançada, com 11,7 anos de estudo. Um avanço de 0,5 anos na comparação de 2016 com 2020, e uma redução de 0,2 anos de 2020 para 2021.

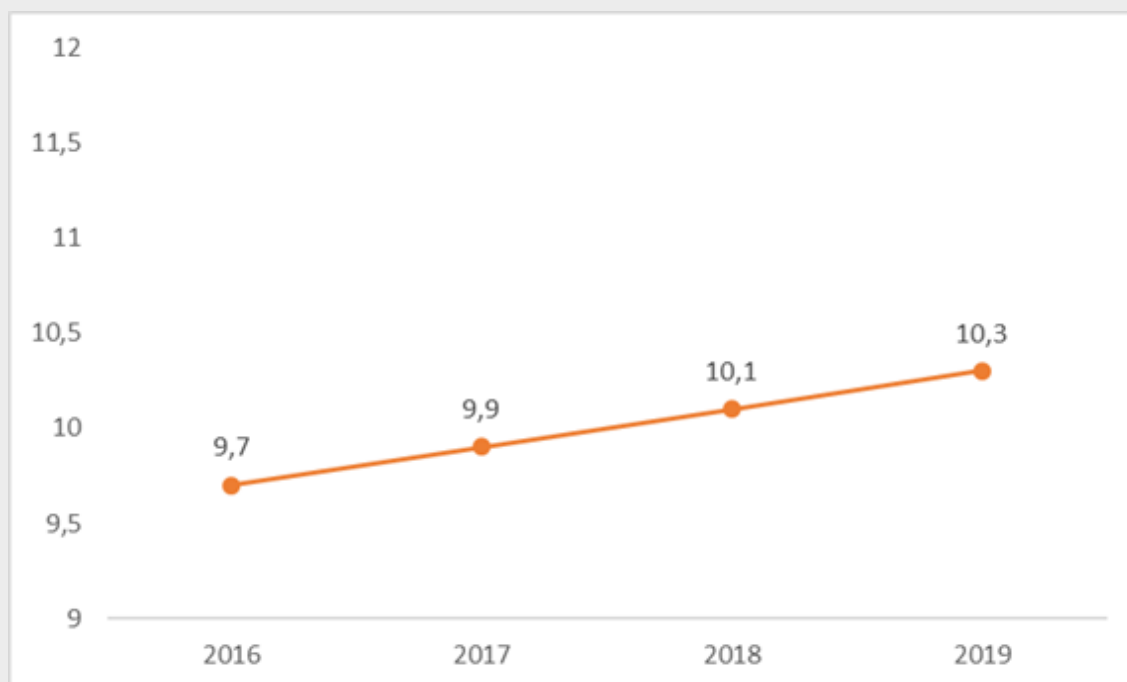
ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: Censo Escolar e PNAD Contínua

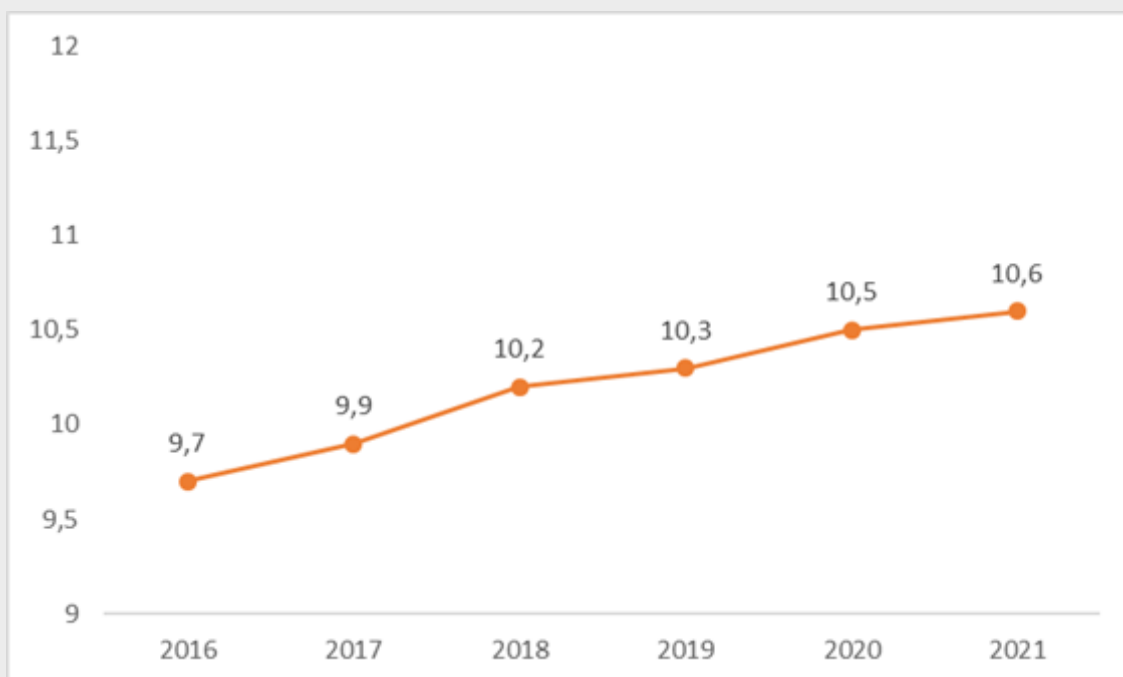
A escolaridade média da população residente em área rural no estado teve aumento de 0,9 anos de 2016 a 2019. Entre os 25% mais pobres nessa faixa etária foram registrados 10,6 anos de estudo – um aumento também de 0,9 anos de 2016 a 2021.

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS RESIDENTE EM ÁREA RURAL - MINAS GERAIS (2016-2019)



Fonte: Censo Escolar e PNAD Contínua

ESCOLARIDADE MÉDIA, EM ANOS DE ESTUDO, DA POPULAÇÃO DE 18 A 29 ANOS PERTENCENTE AOS 25% MAIS POBRES - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: Censo Escolar e PNAD Contínua

Diante desse cenário, a SEE tem desenvolvido ações no sentido de reduzir as desigualdades no acesso dessa população à escolarização:

Educação do Campo

A Educação do Campo visa ofertar educação que atenda às especificidades do campo, preservando e reafirmando sua cultura e identidade, a partir das diretrizes operacionais da educação do campo, atendendo os estudantes da educação básica do campo. Em 2022 foram atendidos 113.845 estudantes. Além disso, 2 escolas do campo e 1 escola quilombola da rede estadual de ensino atuaram, em projeto piloto, com a metodologia da Pedagogia da Alternância, atualmente adotada pelas Escolas Família Agrícola (EFAs). Essa metodologia é importante por se adaptar à realidade local das comunidades tradicionais.

Educação Indígena

A SEE atende as comunidades indígenas com ações que visam implementar e fortalecer as políticas e ações das diretrizes operacionais da modalidade educação escolar indígena, considerando o desenvolvimento de currículos e propostas pedagógicas específicas, o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade e a produção e disponibilização de materiais didáticos adequados, de forma a reafirmar e valorizar a cultura indígena e a promover a igualdade racial e a equidade em relação às demais escolas da rede pública estadual. Em 2022, 4.768 estudantes foram atendidos na Educação Indígena.

Educação Quilombola

A ação objetiva desenvolver um ensino diferenciado e específico para as escolas estaduais quilombolas, propondo currículos e metodologias que valorizem suas especificidades culturais e sociais, melhoria da infraestrutura escolar e adequação das estruturas pedagógicas e organizacionais. Em 2022 a SEE ofertou Educação Quilombola para 6.099 estudantes.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A Resolução SEE nº4.234/2019, que trata da organização e do funcionamento da EJA nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais e todas as ações voltadas para as escolas que oferecem EJA, incluíram as escolas que também pertencem às modalidades do campo, indígena e quilombola. Especificamente para a EJA nas escolas indígenas deve-se observar a realidade sociocultural e os interesses das comunidades indígenas, tendo uma proposta pedagógica de acordo com as questões socioculturais da comunidade, relacionando aos seus projetos de presente e futuro. A EJA também é ofertada nas escolas de unidades prisionais do estado, buscando ampliar as possibilidades e oportunidades para esses estudantes.

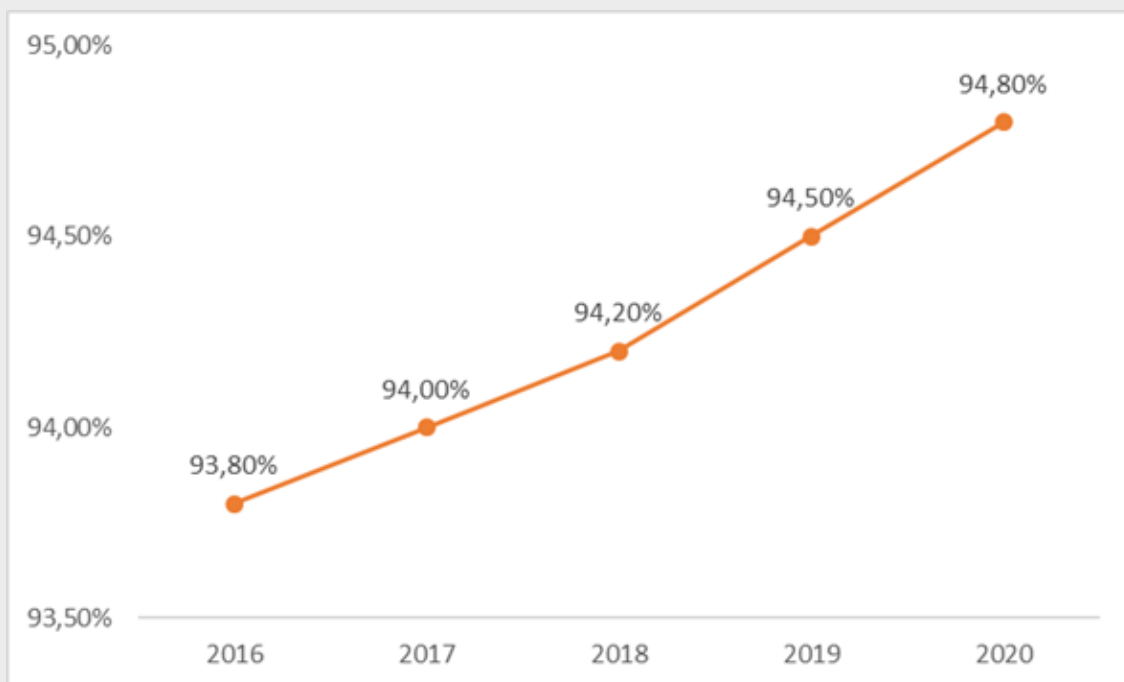
Bancas Permanentes e Itinerantes de Avaliação

As Bancas de Avaliação permitem aos estudantes obterem a certificação referente ao seu nível de ensino, possibilitando a continuidade da formação e inserção no mundo do trabalho. Os exames de certificação são oferecidos pela SEE nos CESEC - Centros Estaduais de Educação Continuada, que fazem parte da rede estadual de ensino e prestam serviços aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na Educação Básica. O exame de banca é uma prova oferecida aos indivíduos com idade superior a 15 anos completos para pleito de certificação no Ensino Fundamental ou 18 anos completos para pleito de certificação no Ensino Médio. O teste afere conteúdo das quatro áreas de conhecimento, que permite a certificação da conclusão da etapa de ensino.

Meta 9 - Elevação da taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para 93,5% (noventa e três vírgula e cinco por cento) até o final de 2019, e, até 2028, universalização da alfabetização e redução da taxa de analfabetismo funcional em 50% (cinquenta por cento).

Pelo que demonstram os dados da PNAD Contínua, o percentual da população de 15 anos ou mais alfabetizada em Minas Gerais é superior à meta definida no PEE, no período analisado, e superou a meta em 1,3% em 2020.

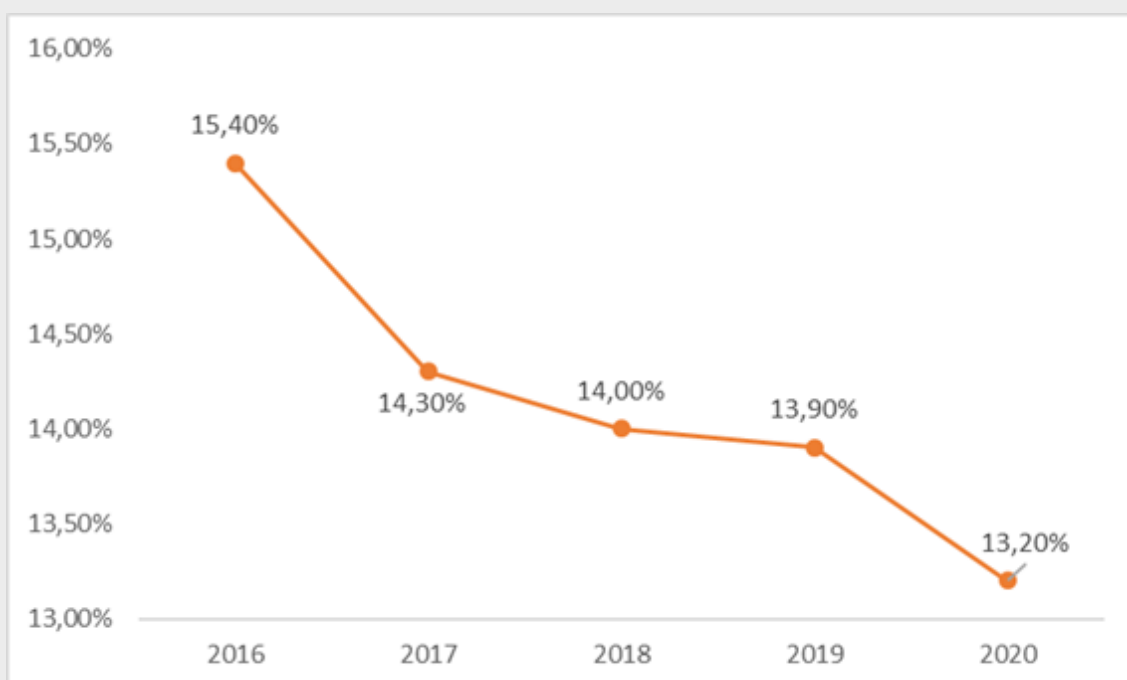
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS MINAS GERAIS (2016-2020)



Fonte: PNAD Contínua

O analfabetismo funcional entre a população nessa faixa etária, por sua vez, apesar da tendência de queda nos últimos anos, permanece como um desafio para o estado nos próximos anos de vigência do Plano. Entretanto é importante destacar que de 2016 a 2020 houve uma redução de 2,2%.

TAXA DE ANALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO COM 15 ANOS OU MAIS MINAS GERAIS (2016-2020)



Fonte: PNAD Contínua

Dentre as ações que colaboram para a alfabetização e redução das taxas de analfabetismo nessa faixa etária da população estão a EJA e a correção de fluxo.

EJA Novos Rumos

A reformulação do projeto possibilitou o atendimento a 137.931 estudantes em 1.503 escolas no ano de 2022, representando um aumento de 6% em relação a 2021.

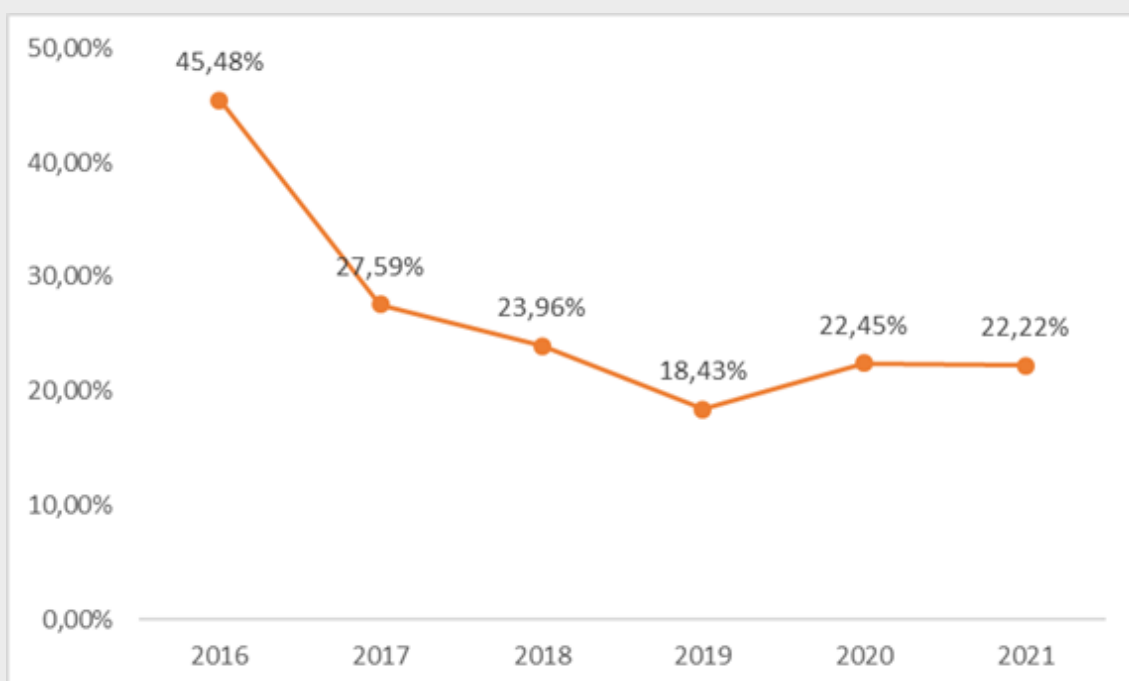
Correção de Fluxo

A SEE realiza ações de correção de fluxo para os Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme previsto na Resolução nº 4.276/2020. O atendimento é feito em dois períodos anuais, com carga horária distribuídas em 40 semanas letivas anuais. As turmas são destinadas aos estudantes com pelo menos dois anos de distorção idade/ano de escolaridade. Em 2022 foi registrado aumento de 57% no número de matrículas em turmas de correção de fluxo, totalizando 4.288 estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental em 327 turmas.

Meta 10 - Oferta de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Embora tenha havido, em 2021, uma queda no percentual de matrículas de EJA integradas à Educação Profissional, Minas Gerais está próxima de alcançar a meta de ofertar pelo menos 25% de matrículas de EJA Profissional. Ressalta-se que, para todo o Brasil, o alcance da meta constitui-se como desafio.

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FORMA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: Censo Escolar

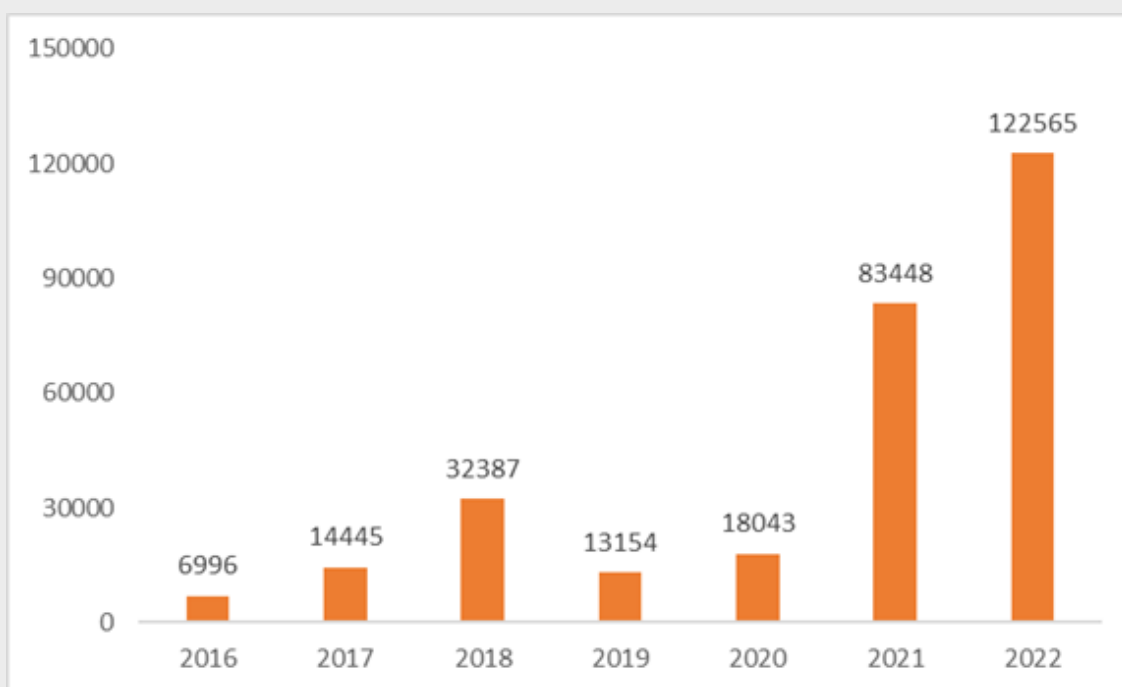
Em 2021 Minas Gerais teve 22,22% das matrículas em EJA integradas à Educação Profissional, e a SEE tem contribuído para o alcance da meta com o projeto Trilhas de Futuro, que dá prioridade aos estudantes da rede pública estadual matriculados na EJA na oferta de cursos técnicos por instituições credenciadas. Em 2022 foram registradas 6.401 matrículas de EJA da rede pública estadual em cursos do Trilhas de Futuro. Na EJA municipal foram 2.657 matrículas nos cursos ofertados pelo Projeto.

Meta 11 - Ampliação da educação profissional técnica de nível médio, triplicando o número de matrículas, asseguradas a qualidade da oferta e a expansão de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) desse atendimento no segmento público.

A SEE oferta educação profissional por meio de cursos técnicos parciais, Formação Inicial e Continuada (FIC), Ensino Médio em Tempo Integral Profissional e, em 2021, implementou o projeto Trilhas de Futuro, que oferta cursos técnicos para estudantes do Ensino Médio das redes pública e particular e para egressos da Educação Básica em instituições credenciadas. Para a definição da oferta de cursos, faz-se articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE) para a identificação das principais demandas por postos de trabalho no Estado. Este estudo considera os setores econômicos mais representativos e busca aproximar os cursos técnicos do setor produtivo.

Com o lançamento do Trilhas de Futuro, a meta de triplicar o número de matrículas de Educação Profissional e garantir que pelo menos 50% da oferta seja do setor público foi superada a partir de 2021.

MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO - MINAS GERAIS (2016-2022)



Fonte: SEE

Em 2022 a SEE ofertou 33.872 vagas para cursos técnicos parciais e FIC, 17.157 vagas para o Ensino Médio em Tempo Integral Profissional e 40.000 novas vagas de cursos técnicos no Projeto Trilhas de Futuro.

Como demonstrado no gráfico, em 2022 houve aumento de 39.117 matrículas em relação a 2021. Das 122.565 matrículas, 95.617 correspondem a estudantes do Trilhas de Futuro, 10.750 foram de Ensino Médio em Tempo Integral Profissional e 16.198 foram de cursos técnicos parciais e FIC. A diferença entre os quantitativos de vagas ofertadas e de matrículas no Trilhas de Futuro se justifica porque são computados os estudantes entrantes de 2022 e aqueles matriculados em 2021 com cursos em andamento.

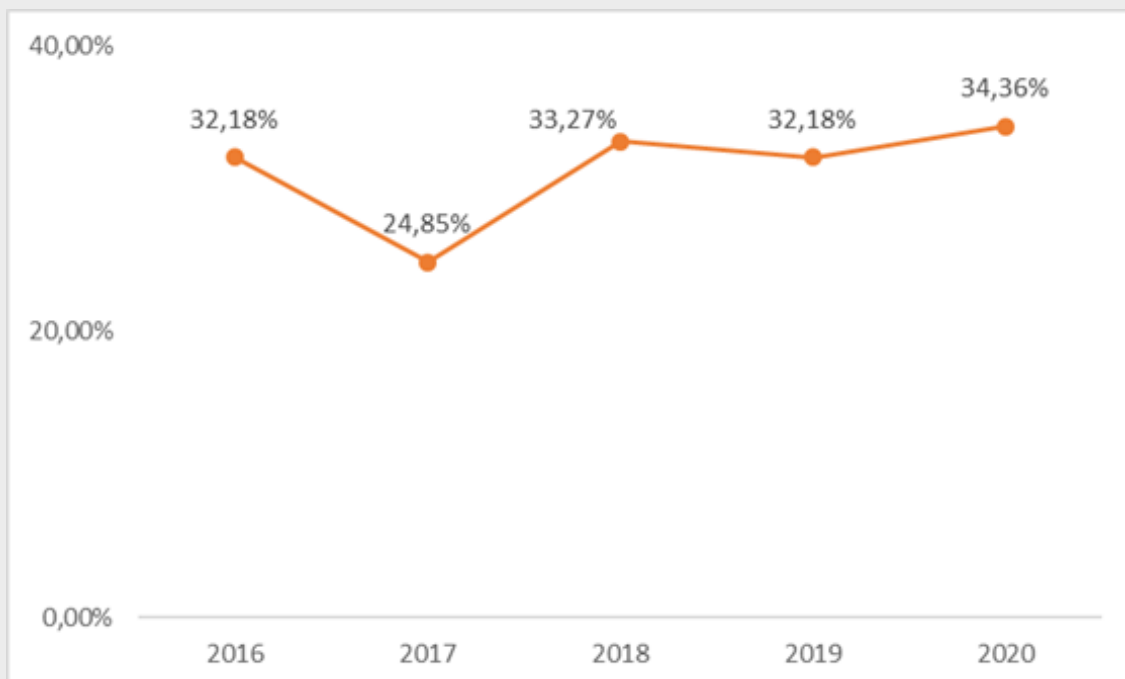
Meta 12 - Elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e da taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) na população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e a expansão de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.

Dados da PNAD Contínua de 2021 destacam uma taxa bruta de matrículas na Educação Superior em Minas Gerais (total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (independentemente da idade) em relação ao total da população de 18 a 24 anos) em Minas Gerais era de 33,6% - redução de 3,8% em relação a 2020 (37,4%).

Também de acordo com a PNAD Contínua 2021, em relação à taxa líquida de escolarização da população mineira entre 18 e 24 anos (total de pessoas entre 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação em relação ao total da população dessa faixa etária), Minas Gerais apresentou elevação do percentual, quando em nível nacional houve decréscimo - 21,9% em 2020 e 19,7% em 2021. Nesse ano, a taxa registrada foi de 35% - aumento de 5,6% em relação a 2020, superando a meta de 33%.

Quando se trata da elevação da participação do segmento público na expansão das matrículas de graduação, a meta para o estado, considerando como base o ano de 2015, é ser responsável por 40% das matrículas. Em 2020, de acordo com dados do Censo da Educação Superior, esse percentual foi de 34,36%, deixando o desafio de elevar essa participação em 5,64% até 2027, ou seja, uma meta de elevação do percentual em 1,13% a cada ano.

PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO PÚBLICO NA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS DE GRADUAÇÃO - MINAS GERAIS (2016-2020)



Fonte: Censo da Educação Superior

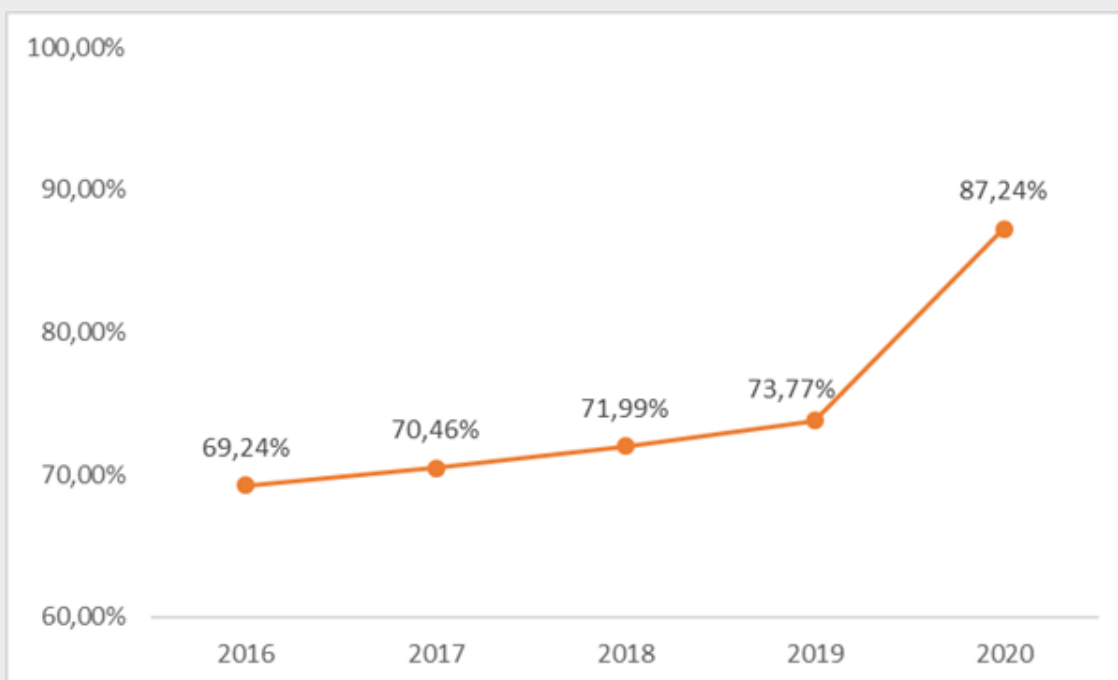
Minas Gerais conta com duas universidades estaduais, vinculadas à SEE – a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). A UEMG está presente em 18 municípios com 20 unidades em todo território do Estado de Minas Gerais, possui 121 cursos de graduação presenciais, 2 doutorados, 9 mestrados e 26 cursos de especialização. De acordo com o Sistema WebGIZ, da própria Universidade, no ano de 2021 havia 21.321 estudantes matriculados. Em 2020, foi implementado o curso de graduação em Design de Moda na Escola de Design do Campus de Belo Horizonte. Em 2021, foram iniciados os cursos de Engenharia Mecânica na Unidade de João Monlevade e de Engenharia de Produção na Unidade de Frutal, além da substituição do curso de Tecnologia em Alimentos pelo curso de Engenharia de Alimentos, também em Frutal. Ainda em 2021, a Unidade Acadêmica de Carangola passou a oferecer mais um turno de oferta para os cursos de graduação em Pedagogia e Sistemas de Informação.

De acordo com a Unimontes, em 2020 a Universidade registrou 11.413 matrículas, garantindo a continuidade da expansão e interiorização da rede federal e do sistema Universidade Aberta do Brasil, em 8 ofertas de titulações - Educação Física, Geografia, Letras inglês, Letras Português, Pedagogia, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão de Saúde Pública e Tecnologia em Sistema para Internet - em 27 Pólos.

Meta 13 - Elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores em efetivo exercício no sistema estadual de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), entre os quais, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) deverão ser doutores.

Em 2020, tanto a proporção de mestres quanto a proporção de doutores em efetivo exercício no sistema estadual de Educação Superior superaram os percentuais estabelecidos. A proporção de mestres e doutores em efetivo exercício chegou a 87,24%, um aumento de 12,24% em relação à meta de 75%, e 13,47% a mais que o percentual registrado em 2019.

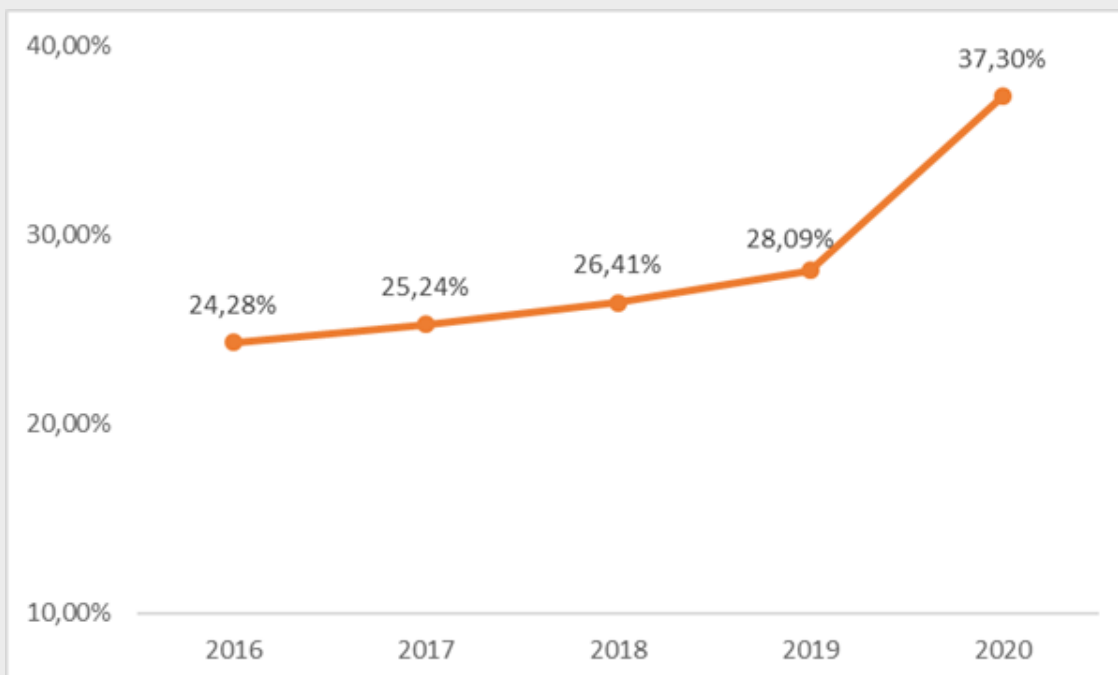
PROPORÇÃO DE MESTRE E DOUTORES EM EFETIVO EXERCÍCIO NO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - MINAS GERAIS (2016-2020)



Fonte: Censo da Educação Superior

Quanto à meta de chegar a 35% de doutores em efetivo exercício no sistema estadual de educação superior, o percentual apurado em 2020 foi de 37,3% - aumento de 2,3% em relação à meta e de 9,21% em relação a 2019.

PROPORÇÃO DE DOUTORES EM EFETIVO EXERCÍCIO NO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - MINAS GERAIS (2016-2020)



Fonte: Censo da Educação Superior

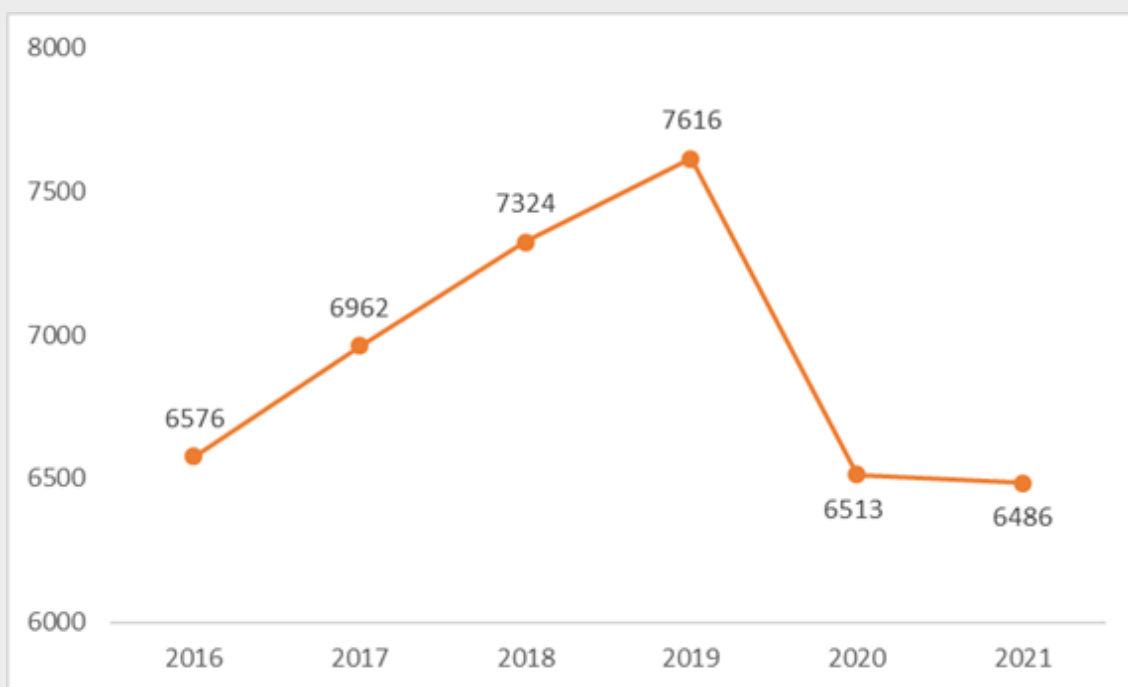
No intuito de contribuir para o aumento desses percentuais, as instituições de ensino superior vinculadas à SEE desenvolvem as seguintes ações:

- Doutorado Interinstitucional (DINTER) na Unimontes.
- Programa de Doutorado e de Mestrado Acadêmico em Engenharia de Materiais, em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na UEMG.
- Cooperação Internacional da UEMG com instituições estrangeiras de educação superior, dentre elas: o Politécnico de Torino na Itália; a Akademie der Bildenden Künste München na Alemanha, a Université Cergy-Pontoise na França, entre outros.
- Doutorado Interinstitucional (DINTER) do Programa de Pós-Graduação em Design (PPGD) da UEMG, por solicitação da Universidade Federal do Cariri (UFCA).
- Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) da FAPEMIG para a qualificação de servidores efetivos da UEMG.
- Participação da UEMG no Edital da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Cooperação Internacional das Universidades Brasileiras (GCUB), por meio do Programa Bolsas Brasil PAEC OEA-GCUB, para concessão de bolsas para discentes da América Latina e Caribe.
- Ressalta-se, ainda que a Unimontes atende 766 estudantes de Pós-Graduação Stricto Sensu (dados de 2020) e a UEMG desenvolve programas de ensino e extensão em articulação com a educação básica, tais como:
 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - realizado em 30 escolas estaduais;
 - Programa de Residência Pedagógica O realizado em 19 escolas estaduais;
 - Programa de Apoio à Extensão - realização de variados projetos em escolas públicas onde a UEMG possui unidades acadêmicas.

Meta 14 - Ampliação do acesso à pós-graduação stricto sensu, de modo a elevar anualmente o número de mestres e doutores em 10% (dez por cento), corrigindo as desigualdades regionais.

Observa-se, pelas informações disponibilizadas pelo GeoCapes, tanto em nível nacional quanto estadual, que o contexto de pandemia teve impactos no número de mestres e doutores em 2020 e 2021. Enquanto, em 2019, foi registrado um aumento de 4,6% no número de títulos de mestrado concedidos em Minas Gerais, 2020 apresentou queda de 1.103 títulos conferidos - ou seja, redução de 14,48%, enquanto no cenário nacional o percentual foi de 14,31%. Em 2021 foi registrada uma tendência de estabilidade, depois do impacto do ano anterior (6.486 títulos).

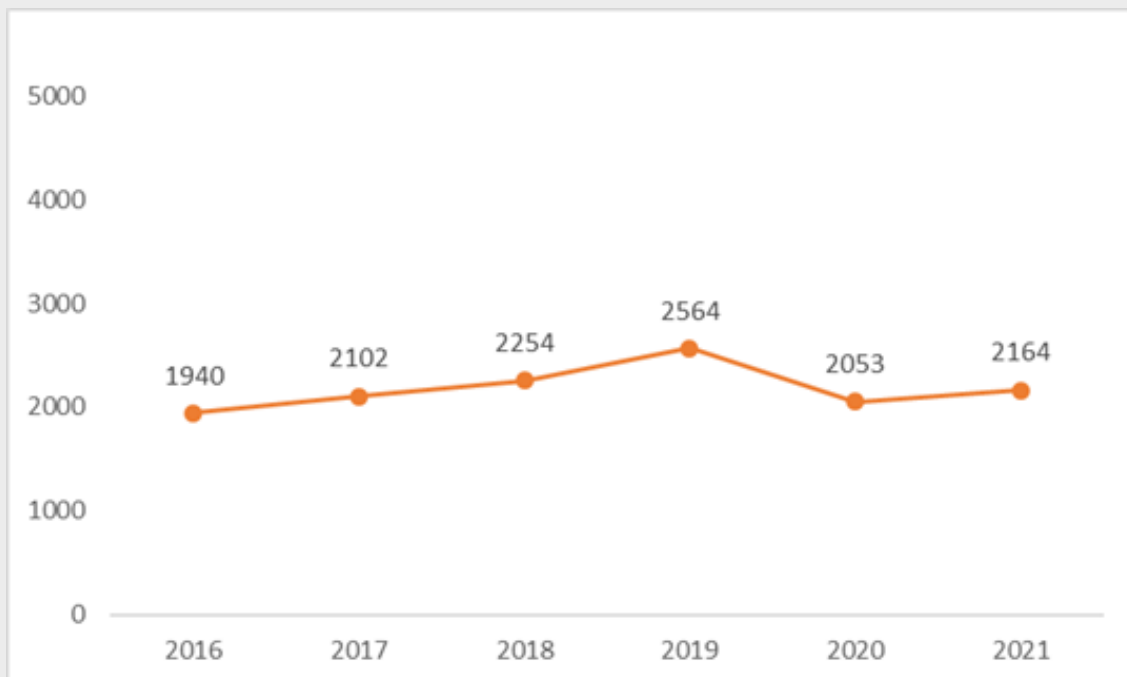
TÍTULOS DE MESTRADO CONCEDIDOS POR ANO NO ESTADO - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: GeoCapes

Quanto ao aumento no número de títulos de doutorado concedidos, em 2019 houve aumento de 14,4% em relação a 2018, com alcance da meta de aumento anual de 10% na concessão de títulos. Seguindo a tendência nacional, em 2020 houve uma redução de 19,9% no número de títulos concedidos em Minas Gerais - em todo o Brasil a redução foi de 17,84%, com uma leve recuperação em 2021 (5,4%) - 3,01% de recuperação em nível nacional.

TÍTULOS DE DOUTORADO CONCEDIDOS POR ANO NO ESTADO - MINAS GERAIS (2016-2021)



Fonte: GeoCapes

Mesmo com o cenário de queda, de acordo com o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), Minas Gerais esteve entre os três estados que mais concederam títulos de mestrado e doutorado em 2020. Contribuem para essa posição, e para a redução das desigualdades regionais as seguintes ações desenvolvidas nas universidades vinculadas à SEE:

- A UEMG conta com o apoio da FAPEMIG e da CAPES para a concessão de bolsas, no âmbito do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PAPG) destinadas aos cursos de mestrado e doutorado da universidade. A CAPES tem concedido mais de 50% das bolsas da instituição. Também foram concedidas 395 bolsas, por meio da Chamada 01/2021 PQ/UEMG, Edital 06/2021 PQ/UEMG e Edital 08/2021 PQ/UEMG.
- Implementação da política de ações afirmativas na Unimontes, através da RESOLUÇÃO CEPEX/UNIMONTES N.º. 024, DE 14 DE abril DE 2021. De acordo com a norma, cada processo seletivo deverá prever reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e com deficiência. Para o acesso de candidatos negros, serão reservadas de 20% a 50% das vagas oferecidas anualmente em cada curso de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado da Unimontes, conforme porcentagem aprovada pelo respectivo Colegiado. Para o acesso de candidatos indígenas e com deficiência, são publicados, anualmente, editais específicos com a oferta de, no mínimo, uma vaga suplementar em cada curso de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado da Unimontes.

Meta 15 - Implementação, até o final do primeiro ano de vigência deste PEE, da política estadual de formação dos profissionais de educação de que tratam os incisos I a V do caput do art. 61 da Lei Federal nº 9.394, de 1996, em consonância com a política nacional de formação, viabilizando a formação específica de nível superior dos docentes da educação básica em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Em 2022 a SEE implementou o projeto Trilhas de Futuro - Educadores, que oferta cursos de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação lato e stricto sensu para professores e técnicos da Educação Básica que atuam no órgão central, nas SRE e nas escolas, valorizando a carreira dos servidores e acrescentando qualidade ao ensino ofertado na rede pública estadual. Desse modo, o projeto busca:

- I - capacitar o servidor em temas alinhados aos objetivos e metas traçados pela SEE/MG;
- II - proporcionar aos servidores formação profissional em nível de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação lato e stricto sensu;
- III - valorizar o servidor por meio de capacitação permanente;
- IV - aprimorar as competências e as habilidades do servidor;
- V - racionalizar e tornar mais efetivos os investimentos em formação;
- VI - contribuir para a ascensão dos servidores em suas respectivas carreiras;
- VII - aperfeiçoar a qualidade do ensino ofertado pela rede pública estadual de Minas Gerais.

Por meio do Edital de Credenciamento SEE nº 01/2022, 26 Instituições de Ensino Superior (IES), ofertaram cerca de 25 mil vagas em cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, recebendo matrículas para 6.053 delas, representando 8% do quadro de servidores. A distribuição dos cursistas, por carreira, pode ser vista no quadro a seguir.

**MATRÍCULAS EM CURSOS DO TRILHAS DE FUTURO
EDUCADORES POR CARREIRA (MINAS GERAIS/2022)**

CARREIRA	MATRÍCULAS
ANALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ANE)	105
ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA (ATB)	996
ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (EEB)	370
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB)	4.291
TÉCNICO DA EDUCAÇÃO (TDE)	291
TOTAL	6.053

Fonte: SEE/MG

Em maioria, os cursos de pós-graduação lato sensu começaram suas aulas nos meses de agosto e setembro, na modalidade EaD. e, a partir de setembro, tiveram início as aulas dos cursos de mestrado e doutorado.

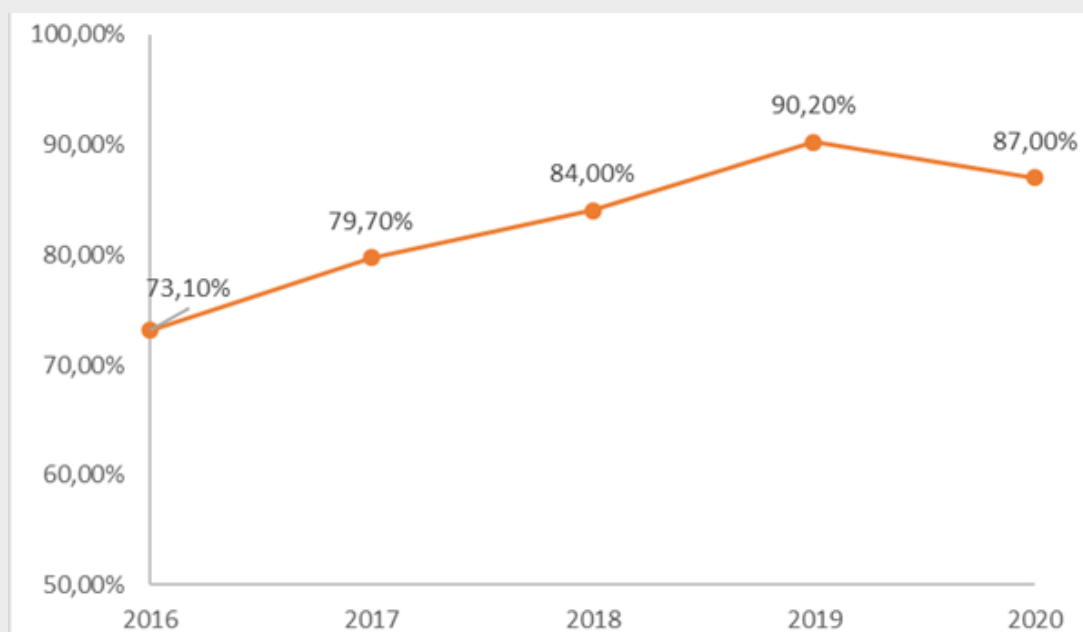
O projeto terá expansão em 2023, com a publicação de novo edital prevista para o primeiro trimestre. Serão ofertadas 6.622 vagas, sendo 6.000 para cursos de aperfeiçoamento, 500 para mestrado e 120 para doutorado.

Meta 16 - Valorização dos profissionais de magistério da educação básica da rede estadual, buscando-se a diminuição da desigualdade entre o seu rendimento médio e o dos profissionais de outras áreas com categoria e escolaridade equivalentes, respeitada a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Em 2022 a SEE deu continuidade às ações para valorização dos profissionais do magistério da educação básica atuantes na rede pública estadual.

No que diz respeito à equiparação do rendimento bruto médio mensal dos profissionais da educação com nível superior ao rendimento dos demais profissionais com o mesmo nível de escolaridade, em Minas Gerais a relação percentual em 2020 estava em 87,0%. Ainda, de acordo com o Observatório do PNE, de 2018 a 2021 o salário dos professores mineiros se manteve estável, enquanto nos outros estados do Sudeste houve queda. Em 2022 foi concedido aos servidores do Executivo estadual mineiro, incluídos os profissionais da educação, reajuste de 10,06% no vencimento básico, a fim de recompor as perdas inflacionárias dos anos anteriores. Importante destacar que o vencimento básico dos profissionais da educação no estado é baseado na carga horária de 24 horas semanais. Por esse cômputo, Minas Gerais cumpriu com o pagamento do piso nacional.

RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E O RENDIMENTO BRUTO MÉDIO MENSAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS ASSALARIADOS, COM O MESMO NÍVEL DE ESCOLARIDADE - MINAS GERAIS (2016-2020)



Fonte: Censo Escolar

Outras ações de valorização dos profissionais da educação desenvolvidas em 2022 estão relacionadas às recentes nomeações, certificação de diretores, pagamento do rateio do Fundeb, quitação do passivo de férias prêmio e concessão de Adicional de Valorização da Educação Básica (ADVEB).

Em janeiro de 2022 foi feito pagamento do rateio extraordinário dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foram distribuídos, de forma extraordinária, R\$539 milhões entre os servidores da educação em exercício nas escolas da rede estadual de ensino contemplando cerca de 226 mil cargos, conforme os critérios estabelecidos pela SEE e a nova lei do Fundeb. Na distribuição geral do saldo, cada profissional lotado nas escolas recebeu um valor proporcional aos meses trabalhados em 2021, com base nos critérios de apuração do 13º salário. O crédito foi feito em folha de pagamento extra de dezembro, pago no dia 20/01/2022.

A SEE/MG prorrogou, em junho de 2020, até 2022 o prazo de validade do concurso para os cargos de Especialista em Educação Básica (EEB) e Professor de Educação Básica (PEB), referente ao Edital nº 07/2017. Com essa medida de extensão do prazo, a Secretaria garante a continuidade da política de nomeação dos servidores que vem sendo adotada desde 2019. Em 2022 foram nomeados 6.116 candidatos aprovados, totalizando 17.021 nomeações do referido concurso, que disponibilizou 16.700 vagas no Edital. As vagas contemplam as 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE) e, com essas nomeações, o estado avança no fortalecimento do quadro de pessoal das escolas estaduais. Também em 2022 foi estruturado novo concurso público para todas as carreiras da Educação previstas na Lei nº 15.293/2004, com previsão de publicação do edital em maio de 2023, para aproximadamente 20 mil vagas.

Outro aporte de valorização profissional se refere a quitação do passivo de férias prêmio para cerca de 23 mil servidores, totalizando R\$400 milhões pagos, além das concessões do ADVEB que foram colocadas em dia, contemplando mais de 20.010 cargos, representando R\$ 39,2 milhões investidos.

A Certificação Ocupacional de Diretor Escolar foi concedida em 2022 a 6.359 Professores e Especialistas da Educação Básica para o exercício do cargo de Diretor de Escola, e possibilitou a formação de 3.709 chapas inscritas no processo de escolha de diretores para 3.370 escolas estaduais da rede.

Meta 17 - Efetivação da gestão democrática da educação no âmbito das redes públicas do Estado até o final do segundo ano da vigência deste PEE, prevendo-se os recursos e o apoio técnico necessários.

No âmbito da rede estadual de educação, a gestão democrática das escolas estaduais está consolidada por meio da realização periódica de Processos de Indicação de Diretores e Vice-diretores de Escola e de composição do Colegiado Escolar. A primeira ação visa garantir que o candidato ao cargo de provimento em comissão de Diretor ou à função de Vice-diretor de Escola tenha vínculo funcional na escola, esteja apto a concorrer ao cargo por meio do processo de Certificação Ocupacional e seja indicado por sua respectiva Comunidade Escolar, em um pleito realizado para este fim.

A candidatura ao cargo de diretor e à função de Vice-diretores de Escola é regulamentada pelas Resoluções SEE nº 4782/2022 (escolas regulares), SEE nº 4129/2019 (escolas indígenas) e SEE nº 4783/2022 (escolas quilombolas), que estabelecem os critérios para que o servidor esteja apto a se candidatar, entre eles o credenciamento conferido pelo processo de Certificação Ocupacional, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 44.871, de 07 de agosto de 2008, e a indicação por sua respectiva Comunidade Escolar, em um pleito realizado para este fim. Em 2022 foram certificados 6.359 Professores e Especialistas da Educação Básica como diretores escolares, e 3.370 escolas - 94,8% do total da rede pública estadual - realizaram eleições para escolha de seus gestores.

Já a segunda ação visa garantir a participação de representantes dos diversos segmentos da escola (funcional pedagógico e administrativo; estudantes; pais/responsáveis por estudantes menores) nas tomadas de decisão de interesse da Comunidade Escolar. Ambos os processos têm vigência pré-estabelecida, garantindo-se, assim, que um maior número de membros da comunidade escolar participe da gestão de forma direta.

De acordo com o Censo Escolar, 96,23% das escolas da rede pública estadual tinham colegiado ativo em 2021. Desde a inclusão desse quesito nas averiguações do Censo, o percentual sempre esteve acima de 90,0%, como se vê no quadro a seguir.

PERCENTUAL DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL COM COLEGIADOS - MINAS GERAIS (2019-2021)

ANO	PERCENTUAL
2019	95,81%
2020	95,35%
2021	96,23%

Fonte: Censo Escolar

Outra ação da SEE voltada ao fortalecimento da gestão escolar refere-se à implementação da Avaliação de Desempenho do Gestor Escolar (ADGE), regulamentada pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEE nº 10.167, de 20 de maio de 2020 (que dispõe sobre a metodologia, os critérios e os procedimentos da Avaliação de Desempenho dos Gestores Escolares - ADGE, em exercício nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais, que estão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação) e pela Resolução SEE nº 4.381 de 21 de julho de 2020 (que dispõe sobre os Indicadores da Gestão Escolar, para fins da Avaliação de Desempenho dos Gestores Escolares (ADGE) da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) e fixa os instrumentos do processo).

A ADGE está alicerçada em três finalidades essenciais:

I - aprimorar os processos de Gestão Escolar a fim de garantir a melhoria da aprendizagem, a permanência dos estudantes e o correto fluxo escolar;

II - subsidiar a formação continuada do Gestor Escolar para aprimoramento das competências técnicas exigidas para o efetivo desempenho do cargo em provimento de Diretor de Escola;

III - monitorar o cumprimento das atribuições previstas para o Gestor Escolar, pela SEE, sendo instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais.

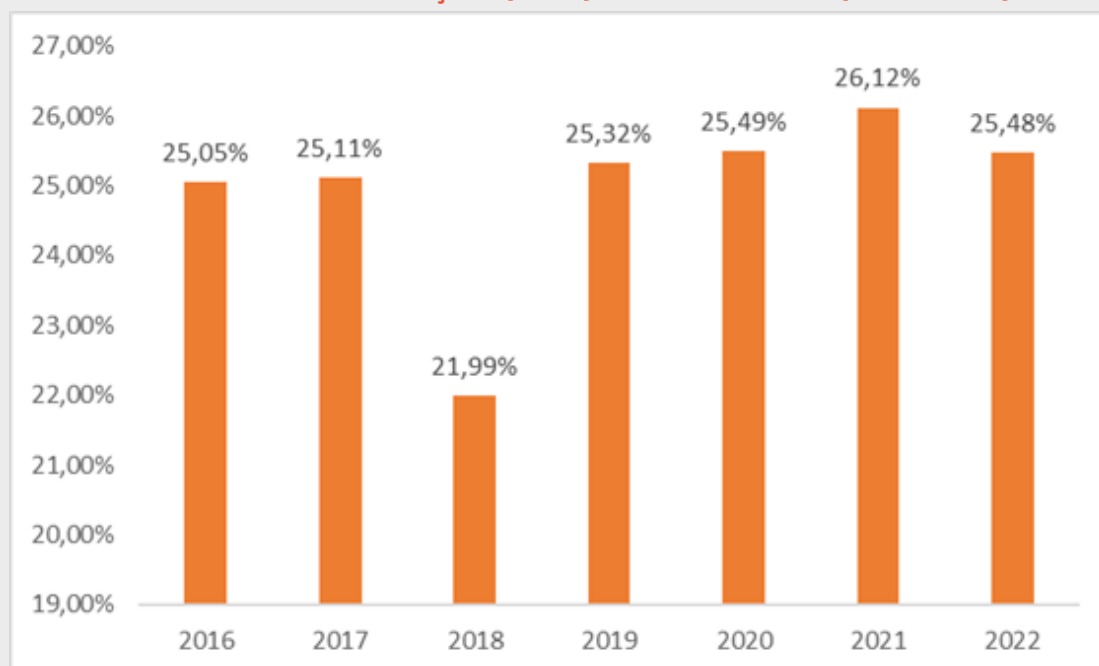
Tal como na avaliação dos demais servidores, o processo da ADGE compreende a elaboração conjunta (pelo avaliador e avaliado) de um plano de ação, a ser desenvolvido durante o período avaliatório e monitorado pela chefia imediata, aqui chamado de Plano de Desenvolvimento, e o preenchimento de um Termo de Avaliação, pela chefia imediata, considerando os acompanhamentos do Plano de Desenvolvimento. Há, ainda, outro instrumento, também subsidiário do Termo de Avaliação, o qual deve ser preenchido pelo respectivo Inspetor Escolar que acompanha a escola e pelos Diretores Administrativo-Financeiro, Pedagógico e de Pessoal das SRE. Trata-se do Relatório Subsidiário: instrumento qualitativo, estruturado a partir das competências técnicas requeridas ao Gestor Escolar, estabelecidas pela SEE, que orientará a chefia imediata no acompanhamento do processo de avaliação.

A SEE ainda desenvolve o Programa Convivência Democrática em todas as escolas da rede pública estadual e promove formações em Mediação de Conflitos, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, e em Justiça Restaurativa, em parceria com a Defensoria Pública. Além disso, está em implantação o módulo Educação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos (SIMA-Educação), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), para registro, encaminhamento e monitoramento das situações de violação que ocorrem no ambiente escolar e o cadastro de ações de promoção de direitos humanos e a gestão integrada da rede de políticas públicas. Atualmente, 7.900 profissionais em 1.400 escolas já foram formados e têm acesso ao Sistema, representando 39,38% das escolas com o SIMA-Educação já implantado.

Meta 18 - Ampliação do investimento público estadual em educação, condicionada à definição e implementação dos padrões de qualidade do ensino em nível nacional, à aprovação das correspondentes fontes de recursos adicionais para financiamento da educação em nível federal e à disponibilidade orçamentária do Estado.

A fim de cumprir a vinculação constitucional, Minas Gerais destina, no mínimo, 25% da Receita Corrente Líquida do estado para a pasta da educação. Desde 2019 esse percentual tem sido superior ao mínimo estabelecido, com destaque para 2021, quando foram necessários investimentos adicionais na adequação da infraestrutura das escolas e aquisição de equipamentos de proteção para a retomada das aulas presenciais, representando ampliação de 57,76% em relação a 2020. Por esse motivo, em 2022 a aplicação dos recursos recuou ao patamar próximo de 2020, mais ainda acima de 25%.

PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ESTADUAL DESTINADO À EDUCAÇÃO (MDE) - MINAS GERAIS (2016-2022)



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)

O Estado de Minas Gerais realizou investimentos recordes na Educação, nos últimos quatro anos. Nos quatro últimos anos o montante destinado à educação foi de R\$ 53.149.507.724,40. Do somatório, R\$ 49.449.409.969,73 bilhões, ou seja, 93,04%, foram providos por fontes de recursos estaduais. As fontes dos recursos, bem como o total investido em educação pela administração estadual são representados no quadro a seguir.

DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO POR EXERCÍCIO MINAS GERAIS (2019-2022)

Fonte		2019	2020	2021	2022	TOTAL GERAL
Fontes Estaduais de Recursos	10 - Recursos Ordinários	1.510.375.934,38	905.147.249,24	2.484.702.196,08	3.363.727.910,75	8.263.953.290,45
	13 - FUNDEB - Regularização de Exercícios Anteriores	-	100.000.000,00	1.853.917.591,14	970.814.481,76	2.930.732.072,90
	23 - FUNDEB	8.022.051.210,31	8.016.267.163,42	10.019.398.569,29	11.492.534.471,56	37.550.251.414,58
	71 - Recursos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria	150.638.489,40	171.320,00	251.150.549,39	302.512.833,01	704.473.191,80
	TOTAL Fontes Estaduais de Recursos	9.683.065.634,09	9.021.585.732,66	14.615.168.905,90	16.129.589.697,08	49.449.409.969,73
Fontes de Recursos Adicionais	21 - Cota Estadual do Salário Educação - QESE	458.122.831,81	427.362.109,53	331.847.842,30	1.379.873.216,44	2.597.206.000,08
	24 - Convênios, Acordos e Ajustes provenientes da União e suas entidades	12.004.511,46	2.504.308,65	2.651.627,74	411.382,31	17.571.830,16
	27 - Taxa de Segurança Pública	-	-	17.308.234,61	2.574.097,21	19.882.331,82
	36 - Transferências de Recursos da União Vinculados à Educação	190.149.463,35	194.350.944,36	250.658.374,82	335.814.381,15	970.973.169,68
	45 - Doações de PF ou PJ, de Instituições Privadas ou do Exterior a Órgão e Entidades do Estado	-	34.800,00	26.843,03	-	61.643,03
	60 - Recursos Direto Arrecadados	1.793.752,52	2.114.408,99	1.220.340,71	1.021.884,61	6.150.386,83
	70 - Convênios, Acordos e Ajustes Provenientes dos Municípios, Estados e Organizações Particulares	4.565.609,11	8.822.932,25	15.076.047,26	20.594.682,55	49.059.271,17
	95 - Recursos Recebidos por Danos Advindos de Desastres	-	85.512,54	541.196,09	37.418.235,25	38.044.943,88
	97 - Transferências Especiais de Recursos da União	-	-	248.178,02	900.000,00	1.148.178,02
	TOTAL Fontes Adicionais de Recursos	666.636.174,25	635.275.016,32	619.578.684,58	1.778.607.879,52	3.700.097.754,67
TOTAL GERAL		10.349.701.808,34	9.656.860.748,98	15.234.747.590,48	17.908.197.576,60	53.149.507.724,40

Fonte: Armazém BO)

Dentre as ações desenvolvidas pela SEE para alcance da meta proposta pelo PEE estão: Programa de Transporte Escolar: reajuste de 26,86% no valor per capita por estudante para o transporte escolar, além do adicional de 65% para atendimento da demanda do Novo Ensino Médio e do EMTI, totalizando um aumento total de 39,4% no repasse aos municípios e um investimento de R\$ 505 milhões em 2022. O quadro a seguir demonstra a evolução do aporte de recursos no transporte escolar de 2019 a 2022.

REPASSES DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR MINAS GERAIS (2019 - 2022)

ANO	VALOR REPASSADO (R\$)
2019	304.211.018,15
2020	69.772.105,37
2021	339.778.192,10
2022	505.226.730,56

Fonte: Armazém BO

É importante destacar que, em 2020, o valor repassado foi menor tendo em vista a interrupção das aulas presenciais, em virtude da pandemia e consequente implantação do regime de aulas remoto.

Regime de Colaboração Entre Estado e Municípios: além do transporte escolar, os municípios recebem da SEE recursos para colaborar para a melhoria da qualidade da educação nas redes municipais. Os recursos são alocados em aquisição de mobiliário e equipamentos, aquisição de veículos para o transporte escolar, construção, ampliação e reforma de prédios escolares e alimentação escolar. O aumento do valor repassado pode ser observado no quadro a seguir.

VALOR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS MINAS GERAIS (2019-2022)

ANO	VALOR REPASSADO (R\$)
2019	7.463.945,28
2020	42.184.768,08
2021	256.101.362,70
2022	1.935.163.878,73

Fonte: Armazém BO

Em termos percentuais, em 2020 o repasse foi 565,18% maior que em 2019. Em 2021 foi 607,09% maior que em 2020. Por sua vez, em 2022, o repasse foi 755,62% maior que em 2021. O aumento expressivo a partir de 2021 tem como fator principal o Projeto Mãos Dadas, que oferece apoio pedagógico, técnico e financeiro para que os municípios ampliem o atendimento aos anos iniciais do Ensino Fundamental, como preconiza o artigo 211 da Constituição Federal de 1988.

Programa Mãos à Obra na Escola: a SEE lançou, em 2022, a 7ª etapa do Programa Mãos à Obra na Escola, visando atender 147 escolas, com investimento de R\$63 milhões. No total do programa foram investidos R\$514 milhões para o atendimento de 1.472 escolas.

Aquisições de mobiliário e equipamentos de informática: distribuição de 666.507 conjuntos aluno e 20.115 conjuntos professor para atendimento de toda a rede, com investimento de cerca de R\$245 milhões, e aquisição centralizada de 81.564 computadores e 7.259 notebooks às unidades escolares, totalizando um investimento de R\$413 milhões para a renovação do parque tecnológico.

Repasses às caixas escolares: em 2022 foram repassados recursos às escolas da rede pública estadual para aplicação nas áreas especificadas a seguir:

- ▶ R\$398 milhões para alimentação escolar, com aumento de 21% no valor repassado às escolas em relação a 2021;
- ▶ Mais de R\$50 milhões para o fortalecimento de ações pedagógicas nas escolas, tais como a elaboração de atividades complementares, reforço escolar, intervenção pedagógica e sábados letivos;
- ▶ R\$19 milhões (totalizando R\$129,5 milhões desde 2019) para manutenção predial das unidades escolares (pequenos reparos e pintura). Manutenção, Custeio e Conservação das Unidades Escolares somam R\$ 1.04 bilhões de investimento de 2019 a 2022;
- ▶ R\$48,3 milhões em modernização e implementação de alarmes e sistema de monitoramento eletrônico das escolas;
- ▶ R\$42 milhões para Fundo Emergencial para Manutenção das Escolas no Período das Chuvas.

Fortalecimento das Universidades Estaduais e instituições vinculadas: as universidades estaduais receberam aporte financeiro de R\$455,2 milhões, sendo R\$269,1 milhões para a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), R\$112,7 milhões para a Unimontes e R\$73,4 milhões para a Fundação Helena Antipoff. Ademais, foram destinados R\$345 milhões para 11 universidades federais instaladas no estado para desenvolvimento de projetos em benefício das comunidades acadêmicas e do seu entorno.